



Índice

- 01** Bispo do Xingu fala sobre os 10 anos do assassinato da irmã Dorothy Stang
- 02** Titulação de territórios quilombolas é tema de reunião entre MPPA, Iterpa, Incra e Malungu
- 03** Índios tenharim presos são transferidos para reserva em Lábrea (AM)
- 04** Sem acordo, índios mantêm bloqueio de via em Belo Monte, no PA
- 05** Projeto que prejudica povos indígenas e comunidades tradicionais é aprovado na Câmara
- 06** Índios não precisam servir Exército para receber título eleitoral, em RO
- 07** Mauricio Lemes propõe estímulo ao turismo étnico
- 08** Incra é obrigado a emitir títulos para colonos em MS
- 09** Sentença que obrigou saída de não índios de área Tembê terá que ser cumprida à risca, alerta MPF/PA
- 10** Câmara vota PL de acesso ao patrimônio genético
- 11** Mato Grosso firma parceria para levar cidadania aos ribeirinhos
- 12** Comissão Estadual elabora estratégias de prevenção em casos de escarpelamento
- 13** Projeto de lei polêmico sobre biodiversidade é aprovado
- 14** Entenda regras sobre uso da biodiversidade



- 15** Consórcio pede licença para operar Belo Monte
- 16** Justiça manda Incra emitir títulos a 29 agricultores retirados de área indígena, no MS
- 17** Jovem índio amazonense fará parte de seleção brasileira de tiro com arco
- 18** PEC 215 volta a ameaçar direitos indígenas
- 19** Governo atende indústria e ruralistas atropelam votação final de PL de recursos genéticos
- 20** MP quer reativação de séries em escola e garantia de transporte a estudantes pantaneiros
- 21** Mortalidade indígena cai 12,19%, mas saúde ainda tem poucos recursos
- 22** Refinaria: sonho, de quem?
- 23** Combate à violência e exploração sexual estão entre pautas do Conanda
- 24** Morte da missionária Dorothy Stang completa 10 anos
- 25** TRF3 suspende decisão da justiça federal em Dourados que fixava prazo de 30 dias para conclusão de demarcação de terras pela Funai
- 26** Turma do TRF1 concede HC preventivo a índio em ação de reintegração de posse
- 27** OAB/MS sedia entrega de veículos para comunidades indígenas
- 28** Hidrelétricas do rio Tapajós devem desalojar mais de 2500 ribeirinhos, mas o governo se recusa a consultá-los

Bispo do Xingu fala sobre os 10 anos do assassinato da irmã Dorothy Stang

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.02.2015

Depois de sucessivos julgamentos e até cancelamento de veredicto, acusados de serem mandantes do crime continuam soltos



Por Beth Begonha, Rádios EBC

Dom Erwin Krautler é uma das maiores lideranças da amazônia. Sempre trabalhando junto às populações tradicionais, ele próprio é obrigado a viver sob escolta policial permanente tantas as ameaças de morte sofridas ao longo dos anos por causa de sua defesa da floresta e dos pobres que nela habitam.

O bispo acompanha de perto o trabalho da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que revela que quase 70% dos crimes motivados por conflitos agrários aconteceram na Amazônia Legal. Aliás, os dados da CPT são estarrecedores. De 1985 a 2013, a justiça recebeu 768 inquéritos de assassinatos no campo na região amazônica. Apenas 5% desse total chegou a julgamento, segundo a CPT. Pior: somente 19 mandantes receberam algum tipo de punição, sendo que a maioria responde às acusações em liberdade.

A irmã Dorothy foi assassinada em 12 de fevereiro de 2005 no PDS Esperança, um projeto de assentamento cuja filosofia era o desenvolvimento sustentável, onde a selva exuberante, convivia com áreas de plantação dos assentados. Os moradores, no entanto, vinham sendo

CONT.



assediados por madeireiros, que os coagiam com ameaças e a presença constante de pistoleiros rondando o assentamento.

Dorothy Stang vinha denunciando a violência e as ameaças de morte há pelo menos um ano. Em 2004 a religiosa esteve em Brasília, por mais de uma vez, onde ofereceu denúncias ao Ministério da Justiça, à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, e participou da CPI Mista da Terra, na Câmara Federal. Nada disso adiantou para evitar seu assassinato. Ela foi alvejada, pelas costas, com seis tiros, e seu corpo tombou sobre a terra pela qual lutara até a morte. Em sua mão, a Bíblia que carregava e que leu para os executores antes de virar-se e dar seus últimos passos.

Presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Bispo do Xingu, Dom Erwin Krautler é o entrevistado do Amazônia Brasileira desta quarta-feira (11). No dia 12, presidirá a cerimônia religiosa pela passagem do aniversário de morte da Irmã Dorothy, que será realizada no Centro São Rafael, em Anapu, onde está o túmulo da religiosa.

Na entrevista, Dom Erwin conta toda a história da irmã Dorothy no Brasil desde sua chegada no Pará onde se apresentou a ele dizendo que “gostaria de trabalhar com os mais pobres dentre os pobres” até o momento final quando tombou no chão que tanto amava. Já ameaçada de morte, havia deixado explícito seu desejo de que caso isso acontecesse, de ser enterrada no Pará no lugar onde vivia com a população assentada: os mais pobres dentre os mais pobres.

Ele fala do próprio cotidiano de andanças pelas perigosas estradas da Amazônia, faz um balanço dos últimos 10 anos na região, da situação atual dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável, e do sonho de Dorothy, a irmã que, segundo ele, “não foi enterrada: foi plantada”.

O programa Amazônia Brasileira vai ao ar a partir das 08h na Rádio Nacional da Amazônia, em rede com a Rádio Nacional do Alto Solimões, onde é transmitido ao vivo às 05h. A produção e a apresentação são de Beth Begonha.

Ouçã [AQUI](#).

Foto: A missionária norte-americana Dorothy Stang, assassina em 12 de fevereiro de 2005.



Titulação de territórios quilombolas é tema de reunião entre MPPA, Iterpa, Incra e Malungu

SÍTIO CEDEFES, 11.02.2015

Ocorreu na segunda-feira (9) reunião entre a promotora de Justiça Eliane Cristina Pinto Moreira e representantes da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo (Malungu), Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O encontro realizado no prédio do Iterpa teve como objetivo o de acelerar o processo de titulação de territórios quilombolas.

Na reunião, a representante do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), Eliane Moreira, informou a existência de um procedimento administrativo que visa apurar a demora na titulação de territórios quilombolas por parte do Iterpa e que a promotoria está preparando uma Ação Civil Pública (ACP) com o objetivo de impor obrigações de fazer por parte do Estado, questionando o interesse em formalizar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Foi esclarecido por Eliane Moreira que o pedido da ACP seria referente à imposição de obrigação de fazer ao Iterpa e ao Estado do Pará para a elaboração de planejamento técnico, orçamentário e financeiro para o atendimento das necessidades orçamentárias do órgão em suas atividades operacionais, indenizações a proprietários ou possuidores afetados pelo reconhecimento dos territórios e à execução de georreferenciamento dos territórios.

A ACP também incluiria a imposição de obrigação de fazer consistente na conformação de quadros técnicos e estrutura organizacional adequada para o tratamento das demandas de titulação de territórios quilombolas em tramitação no Iterpa, que permitam a execução das atividades necessárias ao adequado trâmite dos processos de titulação quilombola em prazos razoáveis. A conclusão desses processos teria o prazo de 24 meses.

O presidente do Iterpa, Daniel Lopes informou a necessidade de que o Incra atue em cooperação com o Iterpa e solicitou que o Incra verifique que esforços podem ser feitos para agilizar as titulações quilombolas. Solicitou que não seja realizado TAC neste momento, pois acredita que pode assumir compromissos que viabilizem o cumprimento da política pública de titulação quilombola.

Na ocasião, o Iterpa comprometeu-se a elaborar, em conjunto com o Incra e Malungu, um planejamento técnico, orçamentário e financeiro compatível com as demandas de titulação de territórios quilombolas existentes no instituto, objetivando o real dimensionamento, no prazo de 45 dias, e um planejamento para quatro anos com as mesmas especificações, em 60 dias.

O Iterpa ainda deve encaminhar uma proposta ao Incra, até o dia 24 de fevereiro, para que entre no planejamento anual. Também tomar providências junto ao Governo do Estado para

CONT.



inclusão de previsão orçamentária e disponibilidade financeira de verbas anuais, no prazo de 60 dias, e apresentar o levantamento dos territórios quilombolas já titulados e não georreferenciados ou pendentes de indenização, no limite de 30 dias.

Quanto à conformação de quadros técnicos e estrutura organizacional adequada, o Iterpa informou que estruturou uma equipe básica com quatro técnicos e um gerente e realizará a terceirização de atividades como o georreferenciamento, comprometendo-se a apresentar as medidas concretas adotadas em até 90 dias.

Os processos de titulação dos territórios quilombolas Sítio Bosque, Cotovelo, Castanhalzinho, Ramal do Bacuri, Espírito Santo e São Manoel, em tramitação no Iterpa, devem ser concluídos em seis meses. A busca de recursos para titulação de territórios quilombolas junto à Fundação Ford e ao Incra caberá ao Iterpa e tem um prazo de 10 dias úteis.

As medidas acordadas serão acompanhadas pela promotoria no prazo de sete meses, enquanto o procedimento de tramitação é suspenso.

Fonte: Vanessa Pinheiro, MPPA.

Índios tenharim presos são transferidos para reserva em Lábrea (AM)

SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 10.02.2015



Índios tenharim reunidos na aldeia Marmelos. Foto: Arquivo/MPF-AM

Os cinco indígenas da etnia Tenharim presos por acusação de envolvimento na morte de três pessoas no sul do Amazonas foram transferidos da delegacia do município de Lábrea (a 702 quilômetros de Manaus) para uma base da Frente Etnoambiental da Funai (Fundação Nacional do Índio), que fica dentro da terra dos índios Hi-Merimã, considerados isolados.

A Terra Indígena Hi-Merimã faz parte da jurisdição de Lábrea. Da sede do município até a reserva, são cerca de oito horas de viagem de voadeira (pequena embarcação de motor) pelo rio Purus. Não há acesso via terrestre.

A transferência, que ocorreu no final de janeiro último, foi confirmada à agência Amazônia Real nesta terça-feira (10) pela promotora Simone Martins, da Comarca de Humaitá, município que abriga a Terra Indígena Tenharim-Marmelos, local onde ocorreu a morte de três homens não indígenas em 16 de dezembro de 2013.

Segundo a promotora Simone Martins, a audiência de instrução está marcada para acontecer no próximo mês de março. Na audiência, que ainda não tem data e nem local confirmados, o juiz Reyson de Souza e Silva, da 2ª Vara da Comarca de Humaitá, tomará os depoimentos das

CONT.



testemunhas de acusação e defesa e ouvirá os cinco índios presos. Nesta audiência, o juiz poderá ainda determinar novas diligências requeridas pela acusação e defesa ou decidir pelo julgamento.

A Amazônia Real apurou que os índios tenharim foram levados para a reserva Hi-Merimã no dia 30 de janeiro. Na base da Funai no território Hi-Merimã os cinco indígenas ficarão sob custódia do órgão indigenista e precisarão seguir normas. Só terão acesso livre ao território indígena com autorização dos servidores da Funai.

A transferência de Gilvan Tenharim, Gilson Tenharim, Domiceno Tenharim, Valdinar Tenharim e Simeão Tenharim da delegacia de Lábrea (onde não há presídio) para a Terra Indígena Hi-Merimã foi autorizada em novembro de 2014 pelo juiz Jéferson Galvão de Melo, que na época respondia pelo caso, pois acumulava a responsabilidade das duas Varas da Comarca de Humaitá.

Jéferson Galvão de Melo acatou pedido feito pela Procuradoria da Funai, que defendeu a transferência com base no Estatuto do Índio, legislação de 1973.

Melo também havia recebido um pedido de liberdade dos cinco indígenas feito pelo advogado do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Adelar Cupsinski, mas ele rejeitou.

Em entrevista dada anteriormente, Jéferson Galvão de Melo disse o seguinte: "Não há ambiente para se soltar. Poderia ocorrer uma desordem generalizada. As famílias dos mortos não têm nenhuma dúvida que foram eles e se soltá-los no atual momento poderia ocorrer manifestação. Mas também não havia a menor condição de mantê-los no lugar (cadeia) onde estavam. Ali não tem presídio e tinha a questão da segurança. Então decidi pela transferência para outra área. A Funai e a família optaram pela terra dos índios Hi-Merimã. Eles serão entregues à Funai e caberá ao órgão monitorá-los".

Na opinião de Galvão de Melo, devido à grande repercussão do caso, o julgamento deverá ocorrer em Manaus, capital do Amazonas, e não na cidade de Humaitá.

A decisão do juiz recebeu parecer favorável da então promotora de Justiça de Humaitá, Eliana Leite Guedes. Em entrevista dada em novembro passado, a promotora Socorro Martins afirmou à Amazônia Real que o parecer de Eliana Leite Guedes e a decisão do juiz Jéferson Galvão de Melo foram "técnicos".

"Antes de se posicionar, a promotora Eliana conversou comigo, pediu minha opinião, debatemos o posicionamento e eu fui a favor. O doutor Jéferson ouviu a Funai, ouviu a Procuradoria Federal. Nada foi feito à toa", disse Simone Martins.

A promotora lembrou, na época, que o caso envolvendo os cinco índios tenharim é "muito sério" e que "tudo que tem sido feito, tem sido feito com muito cuidado, de forma técnica". Simone disse que se voltassem para a cadeia os indígenas "poderiam ser mortos".

CONT.



Procurada, a assessoria de imprensa da Funai disse que, por medida de segurança e proteção aos indígenas, o órgão não iria se pronunciar sobre a transferência e nem sobre as medidas adotadas de vigilância.

Os cinco indígenas são acusados de homicídio, sequestro e ocultação de cadáver de Stef Pinheiro, Luciano Freire e Aldeney Salvador. Os três homens desapareceram no dia 16 de dezembro de 2013 na rodovia BR-230 (Transamazônica), no trecho dentro da Terra Indígena Tenharim-Marmelos, que fica no município de Humaitá, no sul do Amazonas, a 591 quilômetros de Manaus. Eles negam serem os autores das mortes dos três homens.

Festa e transferência de chefia na aldeia

Na mesma decisão autorizando ida dos tenharim para a Terra Hi-Merimã, o juiz acatou o pedido feito pela Funai dando direito a Gilvan Tenharim de ser “empossado” como o novo cacique da aldeia Kampinhu-ú no lugar do pai, Ivan Tenharim, morto em dezembro de 2013. Melo também autorizou Domiceno Tenharim de participar da Festa do Mboatawa, principal celebração dos tenharim, do qual ele era o organizador.

Contudo, a reação das famílias dos três homens mortos provocou uma nova onda de protesto em Humaitá, resultando em ameaças de fechamento da rodovia 230 (Transamazônica) e novas manifestações. O clima tenso da cidade levou autoridades locais a tomar medidas para evitar novos transtornos, além de reforço de segurança policial. Lideranças tenharim também se comprometeram em adiar as duas atividades (posse do cacique e Festa do Mboatawa).

Irisneia Santos Azevedo de Souza, 37 anos, viúva de Stef Pinheiro de Souza, declarou logo após a decisão do juiz, que após tomar conhecimento “não conseguia mais dormir direito”.

“Sinto dor de cabeça e estou nervosa e tomando remédios. É um pouco caso com a vida do meu marido, que está enterrado. Voltou na memória aquele sofrimento do período que eles estavam desaparecidos. Deixar os índios acusados sair da cadeia é uma temeridade. Eles vão fugir. E o juiz falou nessa possibilidade. Por que um branco pode ficar na prisão até a sentença e um índio não”.

A Amazônia Real tentou várias vezes falar com lideranças indígenas Tenharim pelos números de celular disponíveis e pelo orelhão da aldeia Marmelos para que eles pudessem se manifestar nesta matéria, mas não conseguiu.

Em nota enviada à Amazônia Real, Carlos Evaldo Tenharim, advogado das famílias dos três homens mortos, voltou a criticar a transferência dos índios tenharim. Para ele, a situação dos índios tenharim presos deve ser analisada à luz do Código de Processo Penal e não do Estatuto do Índio. Para ele, os tenharim são “aculturados”.

Para Terrinha, a ida dos cinco tenharim para a reserva Hi-Merimã pode representar uma “rota de fuga”.



Sem acordo, índios mantêm bloqueio de via em Belo Monte, no PA

SÍTIO GLOBO.COM, 11.02.2015

*Força Nacional tentou negociação com manifestantes, sem sucesso.
Índios bloqueiam acesso à principal canteiro de obras de hidrelétrica.*

Não foi bem sucedida a tentativa de negociação da Força Nacional, nesta quarta-feira (11), junto a índios de oito aldeias que mantiveram o bloqueio da estrada que dá acesso ao sítio Pimental, um dos canteiros de obras da Usina Hidrelétrica Belo Monte, em Vitória do Xingu, no sudeste do Pará.

O protesto é para pressionar a empresa em relação às obras nas comunidades indígenas. A Norte Energia, empresa que constrói o empreendimento, disse que repudia o protesto e que cumpre integralmente as demandas dos indígenas.

Os manifestantes estão impedindo a passagem de carros e de trabalhadores porque querem uma reunião com a empresa Norte Energia para falar sobre melhorias nas aldeias de quatro etnias.

A Casa de Governo, que representa o Governo Federal em Altamira, informou que nesta quinta (12) deve ocorrer uma reunião entre a Norte Energia, a Funai e as lideranças indígenas para encontrar uma solução pacífica ao impasse.

Entenda caso

O bloqueio da estrada iniciou na madrugada do último dia 9. Índios Xipaia, Juruna e Arara bloquearam o trecho de uma vicinal do km 27, que dá acesso ao sítio Pimental, a 60 km de Altamira. Ônibus e caminhões foram usados para impedir o tráfego no trecho. Uma reunião com representantes da Casa de Governo de Altamira está marcada para esta terça.

Os indígenas cobram a construção de casas em alvenaria, escolas, postos de saúde e banheiros, além da conclusão das obras de saneamento nas aldeias. Os líderes alegam que a Norte Energia não está cumprido as ações previstas no Plano Básico Ambiental do Componente Indígena.

Os líderes dizem que só aceitam negociar com representantes da empresa Norte Energia, da Funai e do Governo Federal que possam solucionar as questões apresentadas.



Projeto que prejudica povos indígenas e comunidades tradicionais é aprovado na Câmara

SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 11.02.2015

O projeto sobre recursos genéticos atende à bancada ruralista, que comemorou

O substitutivo do Projeto de Lei (PL) 7.735/2014, do deputado ruralista Alceu Moreira (PMDB-RS), sobre recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e à agrobiodiversidade, foi aprovado na noite dessa terça-feira (10) na Câmara dos Deputados. Os destaques serão votados ainda nesta quarta (11).

O projeto do governo federal foi modificado e segue para o Senado. A justificativa era de que o projeto facilitaria o acesso de pesquisadores e indústrias aos recursos genéticos e, também, a conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e à agrobiodiversidade.

Na avaliação do Instituto Socioambiental (ISA), a proposta traz retrocessos para povos tradicionais e indígenas. Entre eles, não prevê que essas populações possam negar o acesso a seus conhecimentos e restringe seu direito à repartição dos benefícios oriundos da exploração econômica desses conhecimentos.

Pelo texto aprovado na Câmara, as comunidades indígenas e tradicionais, como as quilombolas, só terão direito à compensação se o conhecimento tradicional for "elemento principal de agregação de valor" do produto desenvolvido a partir dele. E, ainda, se este produto for incluído numa lista que será elaborada por alguns ministérios.

Além disso, produtos desenvolvidos com base em acesso a conhecimentos tradicionais realizados antes de junho de 2000 também estarão isentos de repartir benefícios com essas populações.

Houve comemoração dos ruralistas com a aprovação do substitutivo, que prevê isentar produtores rurais do pagamento de royalties pelo uso de sementes de espécies exóticas de commodities introduzidas no País, como soja, milho e arroz.

Contra o substitutivo votaram as bancadas do PT, PSOL, PCdoB e PV. Deputados como Ivan Valente (PSOL-SP), Chico Alencar (PSOL-RJ), Sarney Filho (PV-MA) e Alessandro Molon (PT-RJ) voltaram a denunciar que representantes de povos indígenas e tradicionais não foram ouvidos na elaboração do projeto.

O Instituto Socioambiental (ISA), organização da sociedade civil brasileira, informa em sua página que "os recursos genéticos da biodiversidade são encontrados em animais, vegetais ou micro-organismos, por exemplo, em óleos, resinas e tecidos, encontrados em florestas e outros ambientes naturais.

CONT.



Já os recursos genéticos da agrobiodiversidade estão contidos em espécies agrícolas e pastoris. Comunidades de indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares, entre outros, desenvolvem e conservam, por décadas e até séculos, informações e práticas sobre o uso desses recursos.

Tanto o patrimônio genético quanto esses conhecimentos servem de base para pesquisas e produtos da indústria de remédios, sementes, gêneros alimentícios, cosméticos e produtos de higiene. Por isso, podem "valer milhões em investimentos".

O Brasil é o país com maior biodiversidade do mundo, com milhares de comunidades indígenas e tradicionais. Por esta razão, é alvo histórico de ações ilegais de biopirataria.



Índios não precisam servir Exército para receber título eleitoral, em RO

SÍTIO GLOBO.COM, 11.02.2015

*Norma que obrigava quitação militar foi anulada pelo TRE-RO.
Alistamento nas Forças Armadas é voluntário para indígenas.*

A população indígena não será mais obrigada a apresentar documento que comprove o serviço militar para receber o título de eleitor. A decisão é do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), que entendeu que a cobrança do documento era indevida, já que os índios não são obrigados a servir ao Exército Brasileiro.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o TRE possuem normas que exigem a quitação militar baseadas no Estatuto do Índio, pela Lei n.º 6.001 de 1973, que estabelece a diferenciação entre indígenas que vivem integrados em áreas urbanas, isolados ou em vias de integração. No entanto, pela Constituição Federal, o direito à igualdade entre eles permite o serviço militar àqueles que se interessarem, mas sem a obrigatoriedade.

Por isso, o TRE decidiu, por unanimidade dos votos, anular a norma que exigia o serviço militar como condição indispensável para o alistamento eleitoral do índio. Em parecer utilizado pela corte eleitoral para analisar a matéria, o Ministério Público Eleitoral (MPE) declarou que o Exército não exige que os índios prestem o serviço militar, devido ao alistamento ser voluntário para os indígenas.

Mauricio Lemes propõe estímulo ao turismo étnico

SÍTIO AGORA MS, 11.02.2015



Vereador e historiador Mauricio Lemes, do PSB – Foto: Assessoria

A formação étnica regional, principalmente polarizada pela presença das três etnias indígenas que convivem, em harmonia, com a comunidade, vem sendo estudada pelo vereador e historiador Mauricio Lemes, do PSB, que propõe, inclusive, um debate aprofundado de como aperfeiçoar essas relações.

No passado, segundo o vereador, grupos de turistas europeus eram vistos no interior das aldeias de Dourados, constantemente. “Hotéis do centro da cidade registravam lotação esgotada e havia um movimento nas áreas de serviços, mas esse tipo de turismo perdeu o incentivo”, lembrou.

Mauricio Lemes participou, no final de semana, de encontro do Polo Turístico de Dourados, onde defendeu a realização de uma audiência pública, a ser proposta para os próximos dias na Câmara, onde representantes do trade [entidades ligadas ao setor cultural, de hotelaria, agências de viagens, Poder público e empresários] serão chamados para discutir formas de reavivar o turismo étnico.

O vereador do PSB lembrou que é preciso integrar nesse processo as lideranças das associações culturais indígenas e chamar as universidades e a comunidade pensante. “Temos um atrativo real, a produção cultural indígena, mas não podemos viver do ‘apoio virtual’, é preciso criar condições e estimular essa atividade para atrair mais gente ao nosso comércio e mostrarmos o potencial de quem vive e produz aqui”, sugeriu Mauricio Lemes. (Assessoria Parlamentar)



Incra é obrigado a emitir títulos para colonos em MS

SÍTIO GLOBO RURAL, 11.02.2015

Agricultores deixaram propriedades após acordo para criação de terra indígena

Por Venilson Ferreira

O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso do Sul conseguiu liminar na Justiça que obriga o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) a emitir, gratuitamente, títulos de domínio a 29 reassentados da Fazenda Beira Rio, em Paranhos/MS. Os pequenos agricultores há 8 anos deixaram suas propriedades para demarcação da Terra Indígena Potrero Guassu, com a promessa de receberem a titulação da nova área.

O MPF/MS lembra que no acordo firmado em outubro de 2006, o Incra se comprometeu a reassentar os colonos e emitir títulos de propriedade sem qualquer ônus e no prazo de até seis meses. A medida buscava evitar o conflito com as comunidades indígenas da região, que reivindicavam a terra como tradicional. Apesar da obrigação assumida e da indicação de que estaria adotando as providências necessárias para o cumprimento do acordo, no final do ano passado o Incra informou que "só executaria o pactuado se os agricultores pagassem pela titulação".

Na decisão, a Justiça acatou os argumentos do MPF e obriga, liminarmente, o Incra a emitir os documentos de graça em 30 dias. O juiz destaca a quebra da confiança com o descumprimento do acordo e os prejuízos causados aos pequenos agricultores impedidos de negociar as terras e de receber financiamento bancário sem a documentação da área. Caso o Incra descumpra a decisão, a União deverá pagar multa diária de R\$ 5 mil.



Sentença que obrigou saída de não índios de área Tembé terá que ser cumprida à risca, alerta MPF/PA

SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 11.02.2015

Segundo vereadores de Garrafão do Norte (PA), Incra teria informado que desintrusão não será feita, o que aumentou a tensão na região

O Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA) divulgou nesta quarta-feira, 11 de fevereiro, que continua valendo a sentença judicial de outubro de 2014 que obriga a retirada completa dos não índios da Terra Indígena Alto Rio Guamá, dos Tembé, no nordeste do Estado.

Segundo o MPF/PA, a retirada dos não índios (a chamada desintrusão) só depende da conclusão de um plano de trabalho em elaboração pela Secretaria da Presidência da República, pelo Ministério da Justiça, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pela Fundação Nacional do Índio.

O anúncio foi feito depois que vereadores de Garrafão do Norte informaram ao MPF/PA que representantes da unidade de Belém do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estariam dizendo à população do nordeste do Estado que a desintrusão não irá acontecer e que, se acontecer, será feita aos poucos.

Em reunião realizada na manhã desta quarta-feira com a procuradora da República Nathália Mariel Ferreira de Souza Pereira em Paragominas, os vereadores disseram que as informações espalhadas pelo Incra estariam motivando o ressurgimento de tensões entre não indígenas e indígenas.

O último conflito ocorreu no início de dezembro, quando cinco pessoas ficaram feridas depois de um tiroteio motivado pela disputa de terras entre os colonos e os Tembé.

“Como toda decisão judicial, a decisão que obriga a desintrusão também tem que ser cumprida à risca. O servidor público que disser o contrário disso afronta a Justiça Federal, comete um ato de irresponsabilidade gravíssimo e coloca em risco a segurança da população local”, observa a procuradora da República.

Processo nº 0000355-62.2012.4.01.3900 – Justiça Federal em Paragominas



Câmara vota PL de acesso ao patrimônio genético

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 11.02.2015

O Projeto de Lei (PL) 7735/14 que regulamenta o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional, conhecido como PL da Biodiversidade, foi votado nesta segunda-feira (9), na Câmara dos Deputados. Os destaques ao texto serão votados na sessão ordinária desta terça-feira (10), prevista para começar às 16h.



Biodiversidade deve contribuir para desenvolvimento da pesquisa nacional, afirma Luciana.

Foto: Luís Macedo/Agência Câmara

O único marco legal que existe sobre combate a biopirataria é de 2001. O entendimento é que esta legislação, embora tenha cumprido papel no combate a biopirataria, criminalizou pesquisadores, cientistas e empresários bem intencionados que atuam nas cadeias produtivas que dialogam com a biodiversidade brasileira.

Embora a inclusão da cadeia produtiva da agropecuária no PL tenha sido considerada uma mudança positiva, a avaliação da deputada Luciana Santos (PCdoB/PE) é que algumas modificações feitas pelo relator Alceu Moreira retrocederam do texto original, por isso a bancada comunista votou pela reposição do texto original.

Luciana Santos apresentou destaques ao texto. Ela ressalta a importância de se especificar no texto da Lei termos como povos indígenas e agricultura familiar. O destaque atende reivindicações de entidades com a Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) e de

CONT.



representantes das comunidades tradicionais. Para a deputada os conceitos precisam ser ampliados para evitar cometer injustiças na repartição de benefícios justamente com quem mais precisa dela, os povos tradicionais.

“Esses ajustes na parte conceitual do projeto são importantes e necessários porque implicam diretamente na questão de repartição dos benefícios, além de ter um valor simbólico de reconhecimento às denominações culturalmente utilizadas por esses povos e reconhecidas em muitos textos legais como, por exemplo, na Convenção 169 da OIT da qual o Brasil é signatário”, explica.

Outro destaque feito pela deputada diz respeito ao acesso ou remessa de amostras da biodiversidade brasileira por estrangeiros. Ela defende que a pesquisa feita por pessoa jurídica do exterior só deve ser permitida mediante associação a algum instituto nacional de pesquisa. “Temos uma biodiversidade muito rica que pode render boas pesquisas com resultados inestimáveis para a população mundial e acredito que isso pode e deve ser acessado pela comunidade científica internacional, no entanto a pesquisa e o conhecimento desenvolvidos também devem ser patrimônio do nosso país, também devem gerar desenvolvimento e benefícios para o Brasil e para a nossa comunidade científica, por isso acredito que as pesquisas devem ser condicionadas à associação a um instituto nacional de pesquisa”.

Entre os destaques a ser votado Luciana deve defender, ainda, que haja uma inversão no que diz respeito à lista de produtos que devem ser alvo da repartição de benefícios. Como a lista de produtos é extensa e pode incluir variedades que ainda não estão definidas, a parlamentar propõe que a lista inclusa seja a de produtos que não serão alvo de repartição. “Assim fica mais simples”, esclarece.

De Brasília;
Ana Cristina Santos



Mato Grosso firma parceria para levar cidadania aos ribeirinhos

SÍTIO CENÁRIO MT, 11.02.2015

O governo de Mato Grosso firmou parceria com a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), nesta quarta-feira (11.02), para oferecer emissão de documentos, atendimento médico e prestação jurisdicional aos ribeirinhos que vivem às margens do Rio Paraguai. As ações fazem parte da 'Expedição da Cidadania' que percorrerá o Rio Paraguai, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, entre 10 a 27 de março e 11 e 29 de maio.

O trabalho será realizado a bordo de um navio da Marinha e deve atender entre 600 e 800 pessoas que vivem ao longo de 600 km entre Ladário (MS) e Cáceres (MT). O projeto que tem como objetivo levar a Justiça Federal e outros serviços essenciais ao exercício da cidadania às populações de locais de difícil acesso. O governo do Estado irá participar da ação social com a impressão de documentos e atendimento médico-odontológico.

Os serviços de emissão de documentos são fundamentais para que os cidadãos que vivem em locais afastados tenham acesso à justiça. A juíza federal Raquel do Amaral, coordenadora nacional da operação, explicou que o objetivo é ampliar o conceito de acessibilidade aos moradores destas regiões mais distantes. "Tendo em vista a impossibilidade desta população se deslocar até o Poder Judiciário, a Justiça Federal tem o dever de ir ao seu encontro. E não adianta a Justiça ir sozinha, porque a maioria destas pessoas não tem documentos, por isso temos o Estado como parceiro".

Segundo a magistrada, a Expedição da Cidadania é projeto realizado em parceria entre as Justiças Federal, Estadual, Eleitoral e os governos de Estado para oferecer um serviço completo ao cidadão. "Muitos idosos tem direito ao INSS e não têm como se locomover e muitas vezes não possuem documentos pessoais para acessar o benefício. O governo Estadual vai participar com a confecção de carteira de identidade, segunda via de carteira de trabalho, emissão de CPF e serviços médicos".

O coordenador da Expedição em Mato Grosso, o juiz Federal Regis Araújo, explicou que na primeira etapa, realizada entre 10 e 27 de março, serão colhidas as demandas jurisdicionais da população e realizados consultas e exames médicos. Na segunda etapa, entre 11 e 29 maio, com demandas já transformadas em ações judiciais, serão realizadas audiências, feitos os julgamentos e o resultado dos exames entregues à população. "Em locais muito distantes as pessoas ficam excluídas da prestação jurisdicional e dessa maneira buscamos garantia efetiva cidadania para a população", explicou Araújo.

Comissão Estadual elabora estratégias de prevenção em casos de escarpelamento
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 11.02.2015



O objetivo do cronograma de reuniões é mobilizar os órgãos envolvidos em torno da prevenção de novos casos de escarpelamento no Pará

Da Redação
Agência Pará de Notícias

Membros de 16 órgãos que formam a atual Comissão Estadual de Erradicação dos Acidentes com Escarpelamento (CEEAE) participaram da primeira reunião mensal de 2015, convocada com a finalidade de definir as estratégias que serão elaboradas ao longo deste ano em todo o Estado e avaliar o que foi executado até o momento. No ano passado, 11 casos de escarpelamento – incluindo uma morte – ocorreram no Pará. Em 2013, o número de vítimas chegou a 10.

O objetivo do cronograma de reuniões é mobilizar os órgãos envolvidos em torno da prevenção de novos casos de escarpelamento - acidente causado pelo eixo exposto dos motores das embarcações, em que parte ou todo o couro cabeludo de meninas e mulheres ribeirinhas é arrancado, podendo levá-las à morte ou deixando-as com sequelas, físicas e psicológicas, para

CONT.



o resto da vida. Esse tipo de agravo é muito recorrente no Pará, cujas características geográficas contribuem para que a população utilize as embarcações como meio de transporte principal, sobretudo às proximidades de festas religiosas e períodos de férias escolares.

Grande parte das vítimas é oriunda do Arquipélago do Marajó e do oeste paraense, mas, ao todo, são 42 os municípios que registram maior incidência de casos. De 1982 até dezembro de 2014 foram registrados 409 acidentes com escarpelamento. O cenário estagnou nos últimos anos, com média de 10 a 12 casos por ano.

“A maior parte dessas vítimas é de ribeirinhos, que têm no barco seu principal meio de transporte. O fato de descentralizarmos essas ações para o interior é uma forma de fazer com que também os profissionais dos municípios alertem a população para hábitos simples, como fazer um 'pitozinho' no cabelo, usando de uma linguagem que o povo compreenda de imediato”, explica Socorro Silva, coordenadora estadual de Mobilização Social da Sespa, uma das condutoras da reunião. Na ocasião, foi exposto o planejamento da Secretaria para 2015, ainda passível de ajustes por conta da progressiva articulação com os demais órgãos envolvidos.

Com nove objetivos, oito tipos de estratégias e 12 atividades propostas, o Plano ainda será submetido a discussão, em 18 de março deste ano, na sede do Sindicato dos Médicos do Pará (Sindmepa), quando os representantes dos demais órgãos participantes da Comissão trarão contribuições ao documento definitivo, cuja finalidade é impedir a ocorrência de novos casos de escarpelamento no Estado. “A comissão pode contar com a colaboração irrestrita da Marinha”, explicou o capitão de mar e guerra Aristides Carvalho Neto, que assumiu, em janeiro deste ano, o comando da Capitania dos Portos da Amazônia Oriental (CPAOR), responsável pelas ações de segurança naval nos rios do Pará. Uma das ações que são feitas pelo comando em parceria com a Sespa é a instalação gratuita de proteções de eixos nas embarcações, tonada obrigatória desde 2009, por meio de lei federal.

Os trabalhos já realizados pela Comissão Estadual de Erradicação dos Acidentes com Escarpelamento já renderam dezenas de campanhas de prevenção e mutirões, inclusive no interior do Estado, durante as atividades da Caravana Pro Paz, quando foram reforçados os compromissos com 36 comitês municipais de combate a esse tipo de acidente.

Em vésperas de datas especiais, como Carnaval, Círio de Nazaré e Natal, a CEEAE ainda distribui cartazes e material informativo em portos, com o objetivo de conscientizar turistas e ribeirinhos sobre o problema. Também são divulgadas informações sobre o atendimento às vítimas, que hoje é oferecido pelo Programa de Atenção Integral às Vítimas de Escarpelamento (Paives), realizado na Santa Casa do Pará, em Belém, e sobre o acesso ao Tratamento Fora de Domicílio (TFD), um benefício fornecido pelos municípios aos pacientes que precisam cuidar das sequelas fora da cidade de origem.

Integram a Comissão, atualmente, a Sespa; Marinha do Brasil; Fundação Santa de Misericórdia - por meio do Espaço Acolher e Paives; Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 27/2015

Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Emprego e Renda (Seaster); Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh); Secretaria de Estado de Educação (Seduc); Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos no Estado do Pará (Arcon); Ong dos Ribeirinhos Vítimas de Acidentes de Motor (Orvam); Fundacentro; Defensoria Pública da União (DPU); Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte); Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (Unicef); Ministério Público do Estado (MPE); Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência de Ananindeua; Sindicato dos Médicos do Pará (Sindmepa) e Sociedade Paraense de Pediatria (Sopape).

Mozart Lira
Secretaria de Estado de Saúde Pública



Projeto de lei polêmico sobre biodiversidade é aprovado

SÍTIO TERRA BRASIL, 11.02.2015

Sob críticas de indígenas e quilombolas, novas regras foram aprovadas pela Câmara dos Deputados e agora seguem para apreciação no Senado

Câmara dos Deputados aprovou na noite da terça-feira uma polêmica legislação sobre biodiversidade que facilita pesquisas a partir de recursos naturais brasileiros – mas que está sendo acusada por comunidades tradicionais de ameaçar seus direitos garantidos internacionalmente.

As mudanças simplificam legislação criada no início da década passada, quando o governo brasileiros sofria grande pressão - inclusive internacional - para combater a chamada biopirataria.

O projeto de lei (PL) enviado em regime de urgência pelo governo ao Congresso no ano passado, em meio à Copa do Mundo, regula o acesso ao patrimônio genético de animais, vegetais e microorganismos típicos do Brasil, assim como o uso de conhecimentos de comunidades tradicionais para gerar produtos a partir desses elementos - por exemplo, desenvolver medicamentos a partir de ervas.

Visto como prioritário para o governo, o PL 7735/2014 segue agora também em regime de urgência para o Senado - o que significa que se não for apreciado em 45 dias passa a trancar a pauta de votação.

As mudanças agradam farmacêuticas interessadas em desenvolver produtos a partir da biodiversidade brasileira - uma das mais ricas do mundo -, que entendem que a atual legislação dificulta a pesquisa científica e o desenvolvimento de novos produtos e patentes.

Porém, grupos tradicionais dizem ter sido excluídos do debate e criticam as novas regras.

"O governo fez uma discussão de profundidade com as empresas e não ouviu os provedores (de conhecimento tradicional). A proposta ignorou o outro lado", criticou Joaquim Belo, presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, organização que representa grupos como seringueiros e extratores de óleo e plantas medicinais.

Mais dinheiro, menos direitos

Nem governo nem setor privado têm estimativas de quanto o mercado da biodiversidade pode movimentar com a aprovação das novas regras, mas ambos têm certeza de que há enorme potencial de crescimento.

CONT.



Dados da indústria farmacêutica, por exemplo, mostram que os chamados fitomedicamentos (aqueles que usam recursos da biodiversidade) não são nem 2% do mercado varejista. O setor faturou R\$ 58 bilhões com vendas no varejo em 2013, sendo que R\$ 964 milhões vieram dos fitomedicamentos.

O secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Roberto Cavalcanti, disse que as mudanças beneficiarão as comunidades ao gerar mais pesquisas e, consequentemente, mais divisão de recursos. Dinheiro que pode ser revertido para preservação ambiental e de seus conhecimentos.

"Realmente há pouca geração de recursos hoje para as comunidades por causa da burocracia, mas a legislação representa um retrocesso na proteção dos direitos das comunidades. Somos a favor de mudanças na atual legislação, mas não desse projeto", disse Maurício Guetta, advogado do Instituto Socioambiental (ISA), ONG que tem atuado na defesa dos interesses desses grupos.

A dificuldade embutida nas regras brasileiras para o setor é produto da chamada biopirataria, cujo conceito se espalhou nos anos 90 em meio a notícias de patentes que estavam sendo registradas no exterior - Japão, Canadá, Estados Unidos e Europa - a partir de plantas e organismos brasileiros.

Entre os casos mais conhecidos estão produtos feitos a partir do cupuaçu, açaí e do sapo-verde, cuja secreção é usada por várias tribos amazônicas para fins medicinais e ritualísticos.

'Criminalização da pesquisa'

A ideia da legislação era proteger recursos da nossa biodiversidade e os conhecimentos de comunidades tradicionais. As regras estabeleceram um rito rigoroso para empresas, laboratórios e instituições científicas solicitarem autorização para essas pesquisas.

Na visão do setor privado e do governo Dilma Rousseff, a lei é muito burocrática e atrapalha o desenvolvimento científico do país.

Em junho de 2014, quando o projeto de lei foi enviado ao Congresso, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse que a legislação em vigor é "extremamente confusa" e que "há várias instituições científicas no Brasil criminalizadas, respondendo por crime ambiental".

Na ocasião, ela afirmou também que "13 mil patentes estão paradas no momento devido a autuações por terem tido acesso a recursos genéticos".

Desde 2005, quando entrou em vigor um decreto regulando as sanções no caso de desrespeito dessas regras, o Ibama já aplicou um total de R\$ 231 milhões em multas, resultado de 581 autos de infrações contra instituições brasileiras e multinacionais.

CONT.



Entre elas estão grandes empresas (Avon, Natura, Ambev, Boticário, Johnson & Johnson, L'Oréal, Unilever, etc), laboratórios e farmacêuticas (Pfizer, Abbott, Medley, Merck, etc); e até mesmo a Embrapa (estatal que faz pesquisas para o setor agropecuário) e universidades públicas (USP, UERJ, UFMG, UFRGS, UFPB, etc), que costumam recorrer das multas.

Alguns casos vão parar na Justiça, como a notória disputa entre a Natura e os índios ashaninka que vivem às margens do rio Amônia, perto da fronteira com o Peru.

Os índios afirmam que a empresa não lhes pediu autorização para uso do conhecimento sobre o murmuru, vegetal de gordura com capacidade hidratante; a Natura diz que as propriedades do murmuru já estavam documentadas em artigo científico.

O Ministério Público Federal, por sua vez, argumenta que esse artigo se baseou no conhecimento dos ashaninka. A empresa foi inocentada pela Justiça Federal do Acre, mas o recurso da procuradoria ainda será julgado pelo STJ.

'Bola de cristal'

Uma das principais queixas dos setor privado é a regra que requer o chamado contrato de repartição de benefícios entre as empresas e as comunidades antes que seja dada a autorização para acesso ao patrimônio genético brasileiro ou de conhecimento tradicional.

As empresas alegam que não é possível estabelecer compensações sem antes fazer a pesquisa que indicará a viabilidade econômica e o potencial de lucro de um produto.

"É preciso ter uma bola de cristal para fazer o acordo", critica Rodrigo Justos, assessor técnico da área de meio ambiente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

O projeto de lei prevê que a solicitação de autorização para pesquisa seja substituída, na maioria dos casos, por um simples registro eletrônico, com o contrato de repartição de benefícios sendo firmando até um ano depois que o produto for lançado no mercado. Os recursos vão diretamente para as comunidades ou para um fundo gerido pela União, dependendo do caso.

"Se o sistema informatizado for bem eficiente, será praticamente automático (o início da pesquisa). Hoje em dia, chega a demorar dois, três anos para se obter a autorização", disse a diretora executiva adjunta do Grupo FarmaBrasil (GFB), Adriana Diaféria.

O GFB representa laboratórios farmacêuticos nacionais e esteve à frente das negociações com o governo.

Instituições estrangeiras sem presença ou parceiros no Brasil serão submetidas a um processo mais burocrático.

CONT.



Quando a pesquisa envolver práticas tradicionais haverá duas possibilidades. Para os conhecimentos que já estão amplamente difundidos na sociedade brasileira, não será necessária autorização. Já quando for possível identificar em que grupo tal prática surgiu, será preciso obter o consentimento prévio da comunidade.

O advogado do ISA Maurício Guetta acredita que na prática isso não acontecerá. Ele observa que há conhecimentos que têm origem identificável, mas que são compartilhados por mais de uma comunidade.

Como o PL não prevê expressamente a possibilidade de as comunidades negarem o acesso a sua técnica, ele teme que aconteça um "leilão" entre as comunidades, o que reduzirá o poder de negociação desses grupos com as empresas.

Na sua avaliação, as novas regras não respeitam a Convenção sobre Diversidade Biológica - acordo firmado dentro da ONU durante a ECO-92.

"Essa convenção garante importantes direitos as esses povos e comunidades, como o consentimento prévio para o acesso a seu conhecimento e a repartição justa e equitativa dos benefícios", afirma.

"Com as novas regras, a repartição dos benefícios passa a ser injusta e insignificante."

Interesses

Para Guetta, a elaboração do Projeto de Lei dentro do governo e sua tramitação no Congresso evidenciam a desigualdade no jogo de forças político.

O advogado do ISA reconhece ser legítimo que as empresas participem das discussões que afetam seus interesses, mas reclamou da "completa exclusão dos povos tradicionais do debate".

A BBC ouviu representantes dos diversos setores envolvidos - comunidades, agronegócio, cientistas e empresas farmacêuticas - e todos afirmaram que o PL que saiu do governo para o Congresso foi baseado em proposta apresentada pelo setor privado.

As discussões capitaneadas pela diretora do GFB Adriana Diaféria levaram cerca de três anos e contaram com o apoio de outros setores como cosméticos (Abihpec), produtos de limpeza (Abipla), indústria química (Abiquim), farmacos (Abifina e Alanac), CNI (Confederação Nacional da Indústria) e Instituto Ethos (que promove a responsabilidade empresarial e é ligado à Natura).

"O Grupo FarmaBrasil tinha como uma certa meta prioritária trabalhar nesse tema. Quando a gente foi conversar no Ministério do Meio Ambiente, o (secretário-Executivo, Francisco)

CONT.



Gaetani, gostou da proposta e passou a chamar as outras entidades para conversar conosco. A gente fez uma coalizão", contou Diaféria.

O presidente da Sociedade Brasileira de Genética, Fabricio Santos, disse que "a comunidade científica teve um papel muito pequeno" nas discussões.

Ele elogiou mudanças que vão estimular a pesquisa aplicada (aquela que gera produtos), mas disse que as novas regras burocratizam a pesquisa básica, que visam à preservação ambiental.

"Hoje essa proposta reflete esse grande consenso que foi negociado com todos os setores e com o governo. Teve o conhecimento da academia, teve o conhecimento das comunidades, mas não teve uma participação (de cientistas e comunidades) na construção propriamente dita", observou Diaféria.

As comunidades tradicionais contaram com apoio de alguns parlamentares de partidos como PSOL, PT e PSB, mas não conseguiram influenciar os debates no Congresso a ponto de terem suas demandas atendidas. Todas as emendas apresentadas a seu favor foram rejeitadas pela maioria dos deputados na noite de terça-feira.

"São povos invisíveis, claro, porque infelizmente não possuem qualquer representação política, seja no Poder Executivo, seja no Poder Legislativo. Não existe deputado índio", observou Guetta, do ISA.

O setor agrícola rebateu as reclamações. "As comunidades são ouvidas desde o ano 2000. Na verdade eles é que são contemplados, porque todos os outros (envolvidos na questão) são pagadores (de benefícios)", afirmou Justus, da CNA.

O secretário de Biodiversidade e Florestas fez uma mea culpa sobre o pouco espaço dados as comunidades no debate. Roberto Cavalcanti disse que o governo será mais ativo ao incluir esses grupos na discussão das regras que vão regulamentar a nova lei. "Estamos correndo atrás", afirmou.

Após a aprovação do PL na Câmara, a Natura enviou nota à BBC dizendo que as novas regras "encerrarão as dúvidas que impedem o avanço da economia e da pesquisa científica baseadas na sociobiodiversidade brasileira".

A empresa destacou que mais de R\$ 11 milhões de reais foram repartidos em benefícios pela empresa em 2013, conforme divulgado em relatório anual. O Ministério do Meio Ambiente não soube informar quantas compensações já foram distribuídas no total.



Entenda regras sobre uso da biodiversidade

SÍTIO CIRCUITO MT, 11.02.2015

Texto regula as formas de exploração do patrimônio genético do país.

Nesta terça-feira (10), a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que facilita o acesso ao patrimônio genético de plantas e animais do país.

O texto do deputado Alceu Moreira (PMDB/RS), substitutivo à proposta do governo federal apresentada em junho passado, regula as formas de exploração da biodiversidade existente no país e modifica procedimentos para que empresas e organizações iniciem os trabalhos de pesquisa.

O projeto de lei reforça as regras criadas pela Medida Provisória 2.186-16, de 2001, que incorpora os compromissos assumidos pelo governo perante a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), tratado internacional das Nações Unidas que regula o tema.

No documento, patrimônio genético é definido como "informação de origem genética de espécies vegetais, animais, microbianas, ou espécies de outra natureza, incluindo substâncias oriundas do metabolismo destes seres vivos".

Entre os principais pontos aprovados, estão a retirada de penalidades impostas a empresas que descumpriram regras ligadas à exploração de materiais provenientes de plantas ou animais e a criação de normas de pagamento pelo uso de recursos genéticos naturais por empresas -- tanto para o governo, quanto para povos tradicionais, como os indígenas.

O texto foi enviado ao Senado Federal e deverá ser aprovado na Casa antes de ser encaminhado para a presidente Dilma Rousseff. O Senado tem 45 dias para analisar e votar o documento.

Repercussão

De acordo com Mauricio Guetta, advogado e assessor político do Instituto Socioambiental, o texto aprovado privilegia apenas os interesses empresariais e viola o direito de povos tradicionais e seus conhecimentos. Ainda segundo Guetta, o projeto de lei dispensa a fiscalização das atividades feitas pelas empresas. "Ele retrocede em termos de proteção da biodiversidade", disse.

Segundo a Confederação Nacional da Indústria, a CNI, o texto elimina obstáculos impostos pela legislação atual e contempla os interesses de diversos segmentos. Em comunicado divulgado pela organização, a diretora de Relações Institucionais, Mônica Messenberg, explica que setores como o fármaco, têxtil, de alimentação, energia, cosméticos, entre outros serão beneficiados.

CONT.



"Essa é uma oportunidade para o Brasil, que detém pelo menos 13% das espécies do mundo. A capacidade de transformar recursos genéticos em produtos inovadores resulta em vantagem competitiva para o país", disse ela.

Veja os principais pontos aprovados no projeto de lei 7.735/2014

Acesso ao patrimônio genético

Modifica a forma de solicitar autorização para explorar a biodiversidade. Antes, as empresas tinham que submeter uma documentação ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) e aguardar a aprovação para iniciar os trabalhos. Agora, organizações nacionais podem fazer um cadastro simplificado pela internet.

Segundo ambientalistas, esse ponto do projeto de lei permite atividades sem qualquer tipo de fiscalização. Para a Confederação Nacional da Indústria, a CNI, a medida desburocratiza o acesso ao patrimônio genético.

Pagamento pela exploração

Se um produto foi criado a partir de material existente na biodiversidade brasileira, a empresa terá que repassar de 0,1% a 1% da receita líquida anual obtida com a exploração econômica. O dinheiro será destinado ao Fundo Nacional de Repartição de Benefícios.

Comunidades tradicionais

Segundo o projeto de lei, índios e povos tradicionais, como quilombolas e ribeirinhos, terão direito a participar da tomada de decisões sobre assuntos relacionados à conservação e ao uso sustentável de seus conhecimentos tradicionais.

Além disso, a exploração econômica de seus conhecimentos deverá ser feita com consentimento prévio por meio de assinatura por escrito, registro audiovisual, parecer de órgão oficial competente ou adesão na forma prevista em protocolo comunitário.

Em dinheiro ou em projetos?

Os benefícios obtidos da exploração do conhecimento tradicional podem ser pagos em dinheiro ou em ações "não monetárias", como investimentos em projetos de conservação, transferência de tecnologias, capacitação de recursos humanos ou uso sustentável da biodiversidade.

Segundo ambientalistas, a alternativa "não monetária" pode prejudicar arrecadação de investimentos.

Pequenos estão livres de pagamentos

Microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e cooperativas agrícolas estão isentos do pagamento pela exploração econômica do patrimônio genético de espécies encontradas no Brasil.

CONT.



Isenção de infrações

O projeto de lei prevê que as empresas assinem um termo de compromisso com a União e consigam a suspensão de notificações e multas aplicadas por irregularidades cometidas até um dia antes da entrada em vigor da nova legislação -- que passa a valer quando publicada no Diário Oficial da União, após ser sancionada pela presidente.

Com isso, quem infringiu as regras impostas pela Medida Provisória de 2001 e foi penalizado por órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), por exemplo, não terá necessidade de pagar integralmente as multas aplicadas, que terão seus valores reduzidos em 90%.

Segundo a Confederação Nacional das Indústrias, a CNI, o novo marco legal simplifica a regularização e adequa as atividades em andamento.

Lista

A repartição de benefícios deve acontecer apenas sobre os produtos previstos na Lista de Classificação de Repartição de Benefícios, a ser criada e atualizada por seis ministérios, incluindo as pastas do Meio Ambiente, Justiça, Agricultura e Indústria e Comércio Exterior. Ainda não há previsão de quando essa relação ficará pronta. Críticos afirmam que as empresas deverão influenciar na escolha dos produtos que vão compor a lista.

Programa Nacional

Institui o Programa Nacional de Repartição de Benefícios com o objetivo de promover a conservação da diversidade biológica; proteção, promoção do uso e valorização dos conhecimentos tradicionais associados; e levantamento e inventário do patrimônio genético, considerando a situação e o grau de variação das populações existentes.

Além disso, o programa prevê apoio a populações indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais no manejo sustentável.

O que acontece agora?

O projeto de lei já foi enviado para o Senado Federal, onde será analisado por um novo relator, ainda a ser definido pela Casa. O texto aprovado na Câmara terá que ser votado no Senado em até 45 dias. Caso contrário, a pauta de projetos ficará trancada.

Fonte: G1.



Consórcio pede licença para operar Belo Monte
SÍTIO ISA, 12.02.2015

Se conseguir a autorização, Norte Energia poderá começar a encher o lago de Belo Monte, usina em construção no Rio Xingu, na região de Altamira (PA); desde a madrugada de segunda-feira, cerca de 100 índios bloqueiam o acesso a um dos canteiros de obra

ANDRÉ BORGES - O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Entre conflitos indígenas, pendências socioambientais, frustração de cronograma e pedido de perdão por atrasos nas obras, o consórcio Norte Energia decidiu solicitar nesta quarta-feira ao Ibama a licença de operação para a hidrelétrica de Belo Monte. Se conseguir a autorização, a Norte Energia poderá começar a encher o lago de Belo Monte, usina em construção no Rio Xingu, na região de Altamira (PA).

O requerimento ocorre em um dos momentos mais conturbados da maior obra de infraestrutura do setor elétrico no País. Desde a madrugada de segunda-feira, cerca de 100 índios bloqueiam o acesso a um dos canteiros de obra, em protesto por compromissos que, segundo as lideranças, não foram cumpridos. Há previsão de chegada de mais índios nesta quinta-feira ao local.

Quanto às obras socioambientais que a empresa deveria entregar, ainda há pendências em relação ao reassentamento de famílias e saneamento de água e esgoto, segundo o Ministério Público Federal (MPF) no Pará.

As complicações do empreendimento envolvem ainda a revisão do cronograma da hidrelétrica. Por contrato, Belo Monte deveria acionar sua primeira turbina a partir do dia 28. Esse prazo, no entanto, já foi comprometido e hoje o consórcio pede à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a reprogramação da inauguração para março de 2016. No pedido, alega não ter culpa pelas paralisações nos últimos quatro anos e pede não ser punido por isso.

Os argumentos não convencem a Aneel até aqui. Em três avaliações feitas por áreas técnicas e pela procuradoria da agência, a Norte Energia teve todos os seus pedidos negados. A decisão final, porém, caberá à diretoria colegiada. Em nota, a Norte Energia informou que "vem executando, com ampla fiscalização e acompanhamento pelos órgãos competentes, todas as condicionantes".

O MPF vai analisar o pedido de licenciamento. "Vamos avaliar os argumentos para solicitar essa autorização. O projeto ainda possui uma série de condicionantes de licenças anteriores que não foi atendida", diz o procurador Ubiratan Cazetta. "Na área do saneamento, o consórcio não fez a ligação de 100% da rede em Altamira, como prometeu. Do lado das famílias, o

CONT.



reassentamento não está pronto. Vamos monitorar isso e, se necessário, entraremos com ação."

O Instituto Socioambiental (ISA) afirma que a Norte Energia não entregou uma série de ações compensatórias aos povos indígenas da região. "Faz parte das compensações a construção de 34 prédios escolares em terras indígenas. Até hoje nenhum foi concluído. Outros 34 postos de saúde deveriam estar prontos, mas nenhum foi concluído até hoje", diz Carolina Reis, advogada do ISA.

As promessas incluíam a construção de 34 poços artesianos, mas só 19 foram entregues. E apenas 2 dos 14 postos de vigilância previstos foram concluídos. "Há uma disparidade enorme entre a determinação de terminar a obra e a de atender compromissos básicos", diz Carolina.

OESP, 12/02/2015, Economia, p. B6

<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,consorcio-pede-licenca-para-operar-belo-monte-imp-,1633119>



Justiça manda Incra emitir títulos a 29 agricultores retirados de área indígena, no MS

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.02.2015

Incra é obrigado a emitir títulos a pequenos agricultores que deixaram suas propriedades após acordo para criação de terra indígena

MPF MS

O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso do Sul conseguiu liminar na Justiça que obriga o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) a emitir, gratuitamente, títulos de domínio a 29 reassentados da Fazenda Beira Rio, em Paranhos/MS. Os pequenos agricultores, há 8 anos, deixaram suas propriedades para demarcação da Terra Indígena Potrero Guassu com a promessa de receberem a titulação da nova área.

No acordo realizado em outubro de 2006, o Incra se comprometeu a reassentar os colonos e emitir títulos de propriedade sem qualquer ônus. A medida buscava evitar o conflito com as comunidades indígenas da região, que reivindicavam a terra como tradicional.

Entretanto, o instituto – apesar da obrigação assumida e da indicação de que estaria adotando as “providências necessárias” para o cumprimento do acordo –, no final do ano passado, afirmou que só executaria o pactuado se os agricultores pagassem pela titulação.

Na decisão, a Justiça acata os argumentos do MPF e obriga, liminarmente, o Incra a emitir os documentos de graça em 30 dias. O juízo destaca a quebra da confiança com o descumprimento do acordo e os prejuízos causados aos pequenos agricultores impedidos de negociar as terras e de receber financiamento bancário sem a documentação da área.

O acordo

O impasse no local tem origem entre as décadas de 30 e 70 e é permeado por falhas do Poder Público. Os agricultores se fixaram em Mato Grosso do Sul após estímulo do governo brasileiro para colonização das fronteiras e da região oeste do país. O governo, na época, titulou as terras aos colonos, mas as áreas eram de ocupação tradicional do grupo indígena guarani-ñandeva, o que criou um ambiente de tensão na região.

Para evitar o conflito, o MPF reuniu índios, pequenos agricultores, Funai e Incra para uma negociação e o acordo foi firmado. Nele, os colonos se comprometeram a sair pacificamente da área mediante indenização das benfeitorias pela Funai e o reassentamento, pelo Incra, na Fazenda Beira Rio – com liberação dos lotes sem qualquer ônus e no prazo de até seis meses.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 27/2015

Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Passados mais de 8 anos, e após diversas provocações do MPF ao Incra para que o acordo fosse cumprido, o órgão ministerial precisou acionar a Justiça para fazer valer a negociação.

Caso o Incra descumpra a decisão, a União deverá pagar multa diária de R\$ 5 mil.

Referência Processual na Justiça Federal de Ponta Porã: Autos nº 0002395-79.2014.403.6005

Assessoria de Comunicação Social
Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul

Jovem índio amazonense fará parte de seleção brasileira de tiro com arco

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.02.2015



Atleta de origem indígena está otimista em sua primeira participação em olimpíadas

EBC – Nesta quarta-feira (11), o programa Nacional Jovem conversou com Dream Braga da Silva, um jovem índio amazonense, que é o primeiro indígena a fazer parte da equipe olímpica brasileira na modalidade de tiro com arco.

Dream Braga, relata como teve o primeiro contato com o arco e flecha e como chegou à seleção brasileira, também, acrescenta, como ficou surpreso em conquistar esta vaga. “Não imaginava fazer parte tão cedo de uma seleção”, afirma o garoto de apenas 18 anos.

O jovem indígena, também, destaca que para ser um arqueiro de alto nível é preciso muita concentração e uma preparação constante.

Com relação as olimpíadas de 2016, o jovem índio, está esperançoso, mas ressalta que se não conseguir medalhas nessas olimpíadas, isso não o desmotivará. “Se eu não pontuar bem agora, haverá as olimpíadas de 2020, 2024, 2028, enfim vem grandes olimpíadas pela frente e espero um dia subir no pódio”, constata o otimista indígena.

Produtora: Adrienne Ribeiro.

Foto: Dream Braga, do povo Kambeba, é o primeiro indígena a fazer parte da equipe de Tiro com Arco para as Olimpíadas – Divulgação/Fundação Amazonas Sustentável



PEC 215 volta a ameaçar direitos indígenas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.02.2015

O início do novo período legislativo é marcado por profundos ataques aos povos indígenas. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que visa alterar o modo de reconhecimento e demarcação de terras indígenas no Brasil, volta ao debate na Câmara dos Deputados após pedido de desarquivamento ocorrido no dia 3 de fevereiro



Terra de Direitos / IHU On-Line

A PEC 215, apresentada por Almir de Sá (e outros), retira a competência de demarcação de Terras Indígenas (TIs) do Poder Executivo Federal e a transfere para o Poder Legislativo. Além disso, a proposta apresentada possibilita a revisão das TIs já demarcadas. Segundo dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), existem atualmente 462 TIs demarcadas no país.

Pelo fato da previsão de demarcação de Terras Indígenas feita pela União estar na Constituição, a bancada do agronegócio insiste na aprovação de uma PEC para alterar o texto constitucional.

Em 2014 – assim como no fim de outras legislaturas – a PEC foi arquivada pelo plenário da Câmara. Segundo regras do Regimento Interno, deve haver o arquivamento da proposta ao

CONT.



final do período legislativo, caso não tenha sido aprovada nas comissões necessárias. O arquivamento foi resultado, na verdade, de uma intensa mobilização do movimento indígena.

Em dezembro de 2014, época em que estava sendo em votação o relatório da Comissão Especial da PEC 215, o movimento realizou manifestações em frente a Câmara dos Deputados. Na ocasião, seis indígenas foram presos após alegação de terem supostamente ferido policiais.

O requerimento para desarquivamento da PEC neste ano foi assinado pelos deputados Luiz Carlos Heinze (PP/RS), Nilson Leitão (PSDB/MT), Marcos Montes (PSD-MG), Osmar Serraglio (PMDB-PR) e Alceu Moreira (PMDB/RS).

Os deputados Heinze e Moreira, que assinam o pedido de desarquivamento, foram denunciados por movimentos sociais por práticas racistas e homofóbicas.

Proponentes polêmicos

Em 2013, os deputados tiveram um vídeo divulgado na internet, onde proferiam discursos de cunho racista durante a realização de uma audiência pública que debatia a demarcação de terras indígenas. Na ocasião, Heinze se posicionava contra a titulação desses territórios e insultava a diversidade, e povos e comunidades tradicionais, dizendo que os mesmos representariam “tudo que não presta”.

Moreira também se referiu ao grupo insultado como “vigaristas”, e incitou ao crime ao defender que agricultores se vestissem de “guerreiros” e expulsassem indígenas e quilombolas que lutam pela demarcação de suas terras.

O discurso criminoso e preconceituoso dos dois deputados retrata o péssimo contexto político em que está inserida a [PEC 215](#). Desarquivada por integrantes da bancada ruralista, a proposta tende a ser votada sem a ampla discussão dos reais impactos para os indígenas do Brasil. O cenário não é só de persistência das pautas e estratégias do agronegócio, como também de seu fortalecimento parlamentar.



Governo atende indústria e ruralistas atropelam votação final de PL de recursos genéticos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.02.2015

A Câmara finalizou, na noite de anteontem (10/2), a votação das emendas ao substitutivo do ruralista Alceu Moreira (PMDB-RS) do Projeto de Lei do Executivo (PL) 7.735/2014, cujo texto principal fora aprovado pelo plenário um dia antes (veja aqui). A proposta segue agora para o Senado, ainda em regime de urgência, ou seja, se não for votada em 45 dias, passa a trancar a pauta

Instituto Socioambiental – Isa / IHU On-Line

O projeto pretende facilitar o acesso de pesquisadores e indústrias aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e à agrobiodiversidade. Hoje, o tema é regido pela Medida Provisória 2.186-16/2001.

Com a conivência do Planalto, peemedebistas e ruralistas costuraram um acordo para impedir qualquer mudança que significasse perdas para as indústrias farmacêuticas e de cosméticos e avanços para povos indígenas e tradicionais.

Das 14 propostas de alteração apresentadas (destaques), só foi aprovada mais uma flexibilização em benefício do setor privado: a possibilidade de anistiar empresas que tenham sido multadas antes da entrada em vigor da nova lei por infrações no acesso aos recursos genéticos. Seguindo determinação do governo, o PT voltou atrás na orientação de voto contra a proposta depois de ela ter sido registrada no painel do plenário. Apesar disso, o partido defendeu vários destaques favoráveis aos povos indígenas e tradicionais.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), começou a cumprir o acordo para facilitar a aprovação de projetos de interesse dos ruralistas em troca do apoio à sua eleição. Ele teve atuação decisiva ontem, arbitrando votações em favor da bancada do agronegócio.

As votações dos destaques foram feitas por aclamação, ou seja, com os parlamentares indicando seu voto levantando ou mantendo o braço abaixado. Em meia dúzia de votações, houve dúvida sobre o resultado final. Cunha poderia ter requerido votação nominal, mas decidiu em favor da posição do relator.

Retrocessos

Entre outros retrocessos, a redação votada ontem não prevê que populações indígenas e tradicionais possam negar o acesso a seus conhecimentos e traz diversas restrições à

CONT.



repartição dos benefícios oriundos da exploração econômica desses conhecimentos. Segundo o texto aprovado, essas comunidades só terão direito a alguma compensação se o conhecimento tradicional for “elemento principal de agregação de valor” do produto desenvolvido a partir dele e se este produto for incluído numa lista que será elaborada por alguns ministérios. Além disso, produtos desenvolvidos com base em acesso a conhecimentos realizado antes de junho de 2000 também estarão isentos de repartir benefícios.

O secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Roberto Cavalcanti, admite que há dúvidas sobre o que poderá ser alvo da regulamentação do projeto, mas acredita que “há muita coisa que vai para regulamentação”. Ele sugere que, nessa etapa, seria possível avançar no tema de repartição de benefícios.

“Caso mantidas as graves limitações aos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais no PL, pouco se poderá avançar no regulamento, já que este deve se sujeitar ao que diz a lei”, adverte o advogado do ISA Maurício Guetta. “Ou o Governo altera sua postura adotada desde o início do processo legislativo de defender interesses empresariais e negar-se a atender às demandas das comunidades tradicionais ou os retrocessos estarão consolidados na legislação”, analisa.

“Faço uma avaliação muito preocupada do resultado final. O substitutivo aprovado está muito distante do que desejaríamos. Ele desconsidera os direitos dos povos indígenas”, comentou o deputado Alessandro Molon (PT-RJ). Ele avaliou que, do jeito que o projeto está, a repartição de benefícios será uma exceção, e não a regra.

Nas negociações realizadas nos últimos três anos sobre o projeto, a Fundação Nacional do Índio (Funai) defendeu propostas favoráveis aos direitos dos detentores dos conhecimentos tradicionais, mas, em geral, foi voto vencido. A elaboração da proposta, enviada pelo governo à Câmara, foi liderada pelo Ministério do Meio Ambiente e resultou em texto apoiado pelo agronegócio e pelas indústrias farmacêuticas e de cosméticos. Na relatoria, inclusive nas votações em plenário, Alceu Moreira teve assessoria da Associação Grupo FarmaBrasil, uma das principais representantes do setor. Povos indígenas e tradicionais manifestaram-se contra o regime de urgência, que não permitiu ampla discussão do projeto, e não participaram das tratativas – o que governo e representantes de empresários admitem.

Protocolo de Nagoya

Os ruralistas ameaçam barrar, no Congresso, a ratificação do Protocolo de Nagoya sob a justificativa de evitar que produtores rurais sejam obrigados a pagar royalties pelo uso de espécies exóticas cultivadas em grande escala, como soja e milho. Por isso aprovaram no texto do PL 7.735 um artigo que isenta de repartição de benefícios a exploração de “espécie introduzida no País pela ação humana até a data de entrada em vigor” da lei. O dispositivo é desnecessário e o argumento para barrar a ratificação não se sustenta, pois o protocolo trata de espécies introduzidas após sua vigência no país.

CONT.



O Protocolo de Nagoya é um instrumento especial da Convenção sobre Diversidade Biológica. Firmado em 2010 e em vigor desde agosto de 2014, regula o acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento tradicional na esfera internacional. Apesar de ter sido um ator relevante na negociação da norma, o Brasil ainda não a ratificou e, portanto, está fora das negociações diplomáticas sobre o tema.

Por outro lado, o texto aprovado ontem falha em atender diversos dispositivos do tratado. Por exemplo, dificulta o estabelecimento de sistemas internacionais de monitoramento do acesso aos recursos genéticos que assegurariam sua legalidade em escala mundial.

“O impressionante é que uma questão que vem sendo debatida há 20 anos, inclusive dentro do Congresso, seja alvo de uma regulamentação apressada, equivocada e que certamente não trará segurança jurídica para o tema, nem permitirá que nossa biodiversidade e os conhecimentos tradicionais a ela associados sejam usados de forma positiva para a sociedade brasileira”, critica Nurit Bensusan, assessora do ISA.

O que são os recursos genéticos?

Os recursos genéticos da biodiversidade são encontrados em animais, vegetais ou micro-organismos, por exemplo, em óleos, resinas e tecidos, encontrados em florestas e outros ambientes naturais. Já os recursos genéticos da agrobiodiversidade estão contidos em espécies agrícolas e pastoris. Comunidades de indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares, entre outros, desenvolvem e conservam, por décadas e até séculos, informações e práticas sobre o uso desses recursos.

Tanto o patrimônio genético quanto esses conhecimentos servem de base para pesquisas e produtos da indústria de remédios, sementes, gêneros alimentícios, cosméticos e produtos de higiene. Por isso, podem valer milhões em investimentos. O Brasil é a nação com maior biodiversidade do mundo e milhares de comunidades indígenas e tradicionais, por isso é alvo histórico de ações ilegais de biopirataria, crime que a nova lei deveria coibir e punir.

MP quer reativação de séries em escola e garantia de transporte a estudantes pantaneiros

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.02.2015

O direito ao acesso à educação de crianças e adolescentes nas comunidades tradicionais não tem sido observado pela Prefeitura de Corumbá



MPF – O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MP/MS) encaminharam recomendações à Prefeitura de Corumbá para garantir o direito à educação de crianças e adolescentes de várias comunidades tradicionais do Pantanal. As medidas, reivindicadas pelos moradores, buscam assegurar a matrícula das crianças em escola próxima e o transporte escolar seguro e gratuito.

Na comunidade do Paraguai-Mirim, distante 140 km da cidade de Corumbá, o MP recomendou a reabertura do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental na escola local. As crianças menores foram realocadas, sem a participação efetiva da comunidade na decisão, para outra escola e, diariamente, precisam percorrer um percurso de aproximadamente 1h30 de barco para frequentar as aulas. Os pequenos, segundo os moradores, saem 5h30 da manhã e só retornam às 19h30 para suas casas.

Além da pouca convivência familiar e dos riscos do transporte pelo rio, a mudança das séries

CONT.



forçou alguns pais a aceitar os perigos do percurso e o distanciamento de seus filhos para que eles continuassem estudando, situação que revoltou os ribeirinhos.

Transporte escolar

Enquanto as crianças das comunidades pantaneiras do Rio Paraguai enfrentam riscos no transporte de barco, "que já quase tombou", segundo os moradores, os estudantes da região do Rio Taquari sofrem sem o fornecimento de transporte escolar. Nas comunidades do Limãozinho, Cedro, Cedrinho, São Domingos e Corixão, os alunos precisam percorrer longas distâncias a pé, em meio ao ambiente selvagem do Pantanal, para frequentar as aulas.

Em visita às comunidades, o MPF se deparou com as dificuldades de acesso às escolas e o sentimento de abandono pelo Poder Público dos moradores. Na recomendação encaminhada, o Ministério Público requereu ao Município o fornecimento de transporte escolar gratuito e diário para as 5 comunidades tradicionais do Taquari citadas no documento.

A Prefeitura de Corumbá tem 20 dias para responder se acata ou não às recomendações. A medida é imediata para garantir o direito dos alunos já para o letivo de 2015.

Foto: Escola na região do Taquari – MP quer transporte escolar para os alunos. Foto: MPF/MS

Mortalidade indígena cai 12,19%, mas saúde ainda tem poucos recursos
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 12.02.2015



Investimentos em saúde são insuficientes, mas reduzem mortalidade infantil (Foto: Arquivo)

A mortalidade infantil indígena teve redução de 12,19% no ano passado, de 33,20 para 29,15 para cada mil nascimentos, segundo a SEI (Secretaria Nacional Especial Indígena). Apesar de continuar em queda desde 1999, quando chegou aos números assustadores de 140/mil, a saúde indígena ainda tem poucos recursos em Mato Grosso do Sul.

Segundo o secretário especial de Saúde Indígena, Antônio Alves, a taxa de mortalidade infantil continua em queda no Estado, que conta com 73 mil índios, a segunda maior população no País. A taxa chegou a ser escândalo nacional e ser comparável aos países miseráveis da África, quando 140 de cada mil crianças nascidas vivas morriam antes de completar um ano.

Em 10 anos, considerando-se a taxa de 60,64 registrada em 2004, houve queda de 50% no índice de mortalidade infantil nas aldeias do Estado. No entanto, os números ainda são alarmantes, já que são o dobro da média estadual, que está em 15,14, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

CONT.



Durante prestação de contas no auditório da OAB/MS (Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Mato Grosso do Sul), Alves informou que o orçamento deste ano para a saúde indígena é de R\$ 60 milhões. O investimento per capita é de R\$ 1 mil/habitante.

Apesar do valor ser superior aos R\$ 600 por habitante investido pelo SUS (Sistema Único de Saúde), o montante é insuficiente. De acordo com Antônio Alves, o dinheiro para saúde indígena inclui os gastos com logística.

O problema no Estado é a precariedade das estradas de acesso às aldeias, que não possuem manutenção e exige mais dos veículos, conforme explica o chefe do Departamento de Atenção à Saúde da SEI, Vanderlei Guenka.

Por este motivo, o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena, Pedro Luiz Gomes Lulu, conta que a entrega dos novos veículos não ajuda muito o setor. "Estamos há três anos na estaca zero", argumentou.

A superintendente estadual Indígena, Silvana Dias de Souza Albuquerque, destacou que o transporte é essencial para garantir o atendimento de saúde nas aldeias porque lês são distantes.

Nesta quinta-feira, o Governo federal entregou 15 viaturas para a saúde indígena, sendo 13 caminhonetes, uma van e um caminhão (para saneamento). Também foram entregues 400 bicicletas.

"O principal problema de saúde nas aldeias é a falta de saneamento", avaliou Lulu. Ele disse que essa carência afeta outros problemas.

Segundo Guenka, os principais problemas de saúde das crianças indígenas são pneumonia, diarreia e nascimento prematuro que precisa de atendimento em UTI (Unidade de Tratamento Intensivo). Entre os adultos, os problemas são hipertensão, diabetes, tuberculose e osteomuscular (problemas de coluna).

Silvana citou que o Governo estadual pretende levar água para as reservas indígenas e criar um programa de saúde específico para as mulheres indígenas.



Refinaria: sonho, de quem?

SÍTIO O POVO, 12.02.2015

Travou-se luta para que o "progresso" não ocultasse os povos que historicamente residiam naquelas terras

Não entrarei nos méritos econômicos e/ou políticos que a decisão sobre a desistência da implantação da refinaria no Ceará carrega, mas, gostaria de lembrar uma relação que não se mede economicamente e muito menos através das obscuras práticas políticas. Refiro-me, ao desrespeito que foi criado às tradições indígenas que ainda resistiam nas terras que foram "desapropriadas" para a construção da infraestrutura que abrigaria tal conjunto.

Aproximadamente por cinco anos travou-se luta jurídica e social para que o "progresso", na região de São Gonçalo do Amarante, não ocultasse os povos que historicamente residiam naquelas terras, seja por antropólogos, seja pela própria tribo Anacés. Em 2010, um estudo feito pelos pesquisadores Max Maranhão Piorsky e Isadora Lidia Gonçalves, a pedido da Petrobras, afirmava que "implantação da Refinaria Premium II trará (ria) consequências irreparáveis", ao modo de vivência da população indígena local. E os mesmos pesquisadores encerravam afirmando serem "contrários à implantação da refinaria Premium II".

Para o grande capital a relação dos indígenas com a terra não é compreensível. E isso se dá basicamente porque para o capital especulativo a terra é uma mercadoria e não importa o que e nem quais as relações que com ela se estabelece. Assim, para o(s) governo(s) os índios e suas terras são sinônimos de atraso e de entrave para o um pseudo "desenvolvimento". Desta forma, no processo de desapropriação a busca por alternativas que preservasse o arcabouço histórico do povo Anacés tornou-se um questão de "perca de tempo". A pergunta que volta e meia se coloca de quem realmente ganharia com esse empreendimento, foi diversas vezes tergiversada com a resposta que seria o "povo do Ceará".

Vejam vocês! Foi-se a refinaria, foi-se uma parte da população Anacés retirada de suas terras... O acordo hora estabelecido dos índios com o governo não foi cancelado por um conjunto de ideias nas quais a preservação de sua história fosse o marco principal, mas, por uma pressão do estado. O povo Anacés convencido de que o mal já estava para acontecer concordou com o "mal menor" e a duras penas com algum benefício.

Por fim, se para alguns a refinaria representou um sonho de superávit nas contas do estado ou em diversas contas particulares, para os Anacés foi um pesadelo que não teve fim. Estão fora das terras onde pisaram seus ancestrais, suas memórias. Como diria Chico Anysio: "Melhore mundo moderno, mundinho de m....".

João Facundo
joaoteol@yahoo.com.br
Teólogo



Combate à violência e exploração sexual estão entre pautas do Conanda

SÍTIO PORTAL BRASIL, 12.02.2015

Colegiado é composto por 14 representantes do governo federal e 14 da sociedade civil organizada, de acordo com ministra

Na manhã desta quinta-feira (12), foram empossados os 28 novos membros do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Criado pela Lei 8.242, de 12 de outubro de 1991, o Conanda tem como principais pautas o combate à violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes, a luta contra o trabalho infantil, o acompanhamento de projetos de lei no Congresso Nacional

Também é responsável pela promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes indígenas, quilombolas, crianças e adolescentes com deficiência. O colegiado é composto por 14 representantes do governo federal e 14 da sociedade civil organizada.

Tereza Campello, ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, destacou sinais de progresso obtidos com as políticas de desenvolvimento do governo: "Não há nenhuma criança dentro do cadastro único em situação de extrema pobreza", declarou.

"Podemos provar que as crianças com acesso ao Bolsa Família cresceram um centímetro a mais que a média histórica das crianças carentes."

Durante a solenidade, a ministra Ideli Salvatti, da Secretaria de Direitos Humanos, apontou a redução da maioria penal como "um dos desafios" do Conanda em 2015, ano em que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 25 anos.

Conselheiros tutelares

"O brutal assassinato [dos conselheiros tutelares em Poção, em Pernambuco] não pode cair em esquecimento. Precisamos punir os responsáveis, bom como proporcionar condições para que nossos conselheiros desenvolvam políticas públicas para crianças e adolescentes", afirmou a ministra Ideli Salvatti.

Ideli se reunirá com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, na tarde desta quinta-feira para tratar do tema da segurança de conselheiros tutelares.

CONT.



Pátria Educadora

A ministra afirmou que o Conanda terá papel importante para a implementação da Pátria Educadora, ferramenta de democratização do acesso ao ensino de qualidade em todos os níveis e norteadora do sentido educador em ações e políticas públicas

Saiba mais sobre o Conanda

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) é composto por 28 membros entre representantes do Poder Executivo e da sociedade civil organizada.

A presidência do Conanda é alternada entre governo e sociedade civil. Neste biênio, o cargo será ocupado por representante indicado pelo governo federal.

Fonte: Portal Brasil, com informações da Secretaria de Direitos Humanos.



Morte da missionária Dorothy Stang completa 10 anos

SÍTIO PORTAL EBC, 12.02.2015

Religiosa lutava pelo uso sustentável da terra e pelos direitos humanos

Dia 12 de fevereiro de 2005 foi, sem dúvida, um dos mais marcantes na história do município de Anapu, no Sudoeste do Pará, dia em que a missionária norte-americana Dorothy Stang foi brutalmente assassinada.

A irmã Dorothy defendia a implantação de projetos de desenvolvimento sustentável na região, o que era contra os interesses dos fazendeiros locais. Mas a sua morte acabou se tornando um símbolo da luta pela terra e pelos direitos humanos, como comenta a irmã Maria de Jesus, que integra a Congregação das Irmãs de Notre Dame, a mesma da qual Dorothy fazia parte.

"A gente vê que está frutificando. O povo está cada vez mais fortalecido, buscando os seus direitos, conhecendo os seus direitos e lutando pelos seus direitos".

A irmã Maria de Jesus também pontua que o dia 12 de fevereiro é dedicado a celebrar não a morte, e sim o legado que a norte-americana deixou para a região. "A gente celebra essa semente que ela lançou lá no município de Anapu, junto com o povo".

A programação promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pelo Comitê Dorothy Stang e pelas irmãs de Notre Dame vai ser realizado ao longo de todo o ano e conta com missas, romaria na floresta e o 1º Fórum Dorothy Stang, que vai acontecer em junho.

No dia do 10º aniversário de morte será realizado, em Belém (PA), um ato público na Praça Mártires de Abril, em São Brás, a partir das 19 horas. Luísa Moraes, membro do Comitê Dorothy Stang, falou sobre a importância do evento.

"Nesta celebração, a gente vai estar trabalhando na dimensão da espiritualidade, na dimensão também política, a mística dos mártires da terra, a partir da memória da Dorothy".



TRF3 suspende decisão da justiça federal em Dourados que fixava prazo de 30 dias para conclusão de demarcação de terras pela Funai

SÍTIO JUSBRASIL, 12.02.2015

Autarquia não ficou inerte mesmo depois de sete anos da assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta para realização dos trabalhos

Publicado por Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Em recente decisão em recurso de Agravo de Instrumento, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) suspendeu decisão proferida pela Justiça Federal de Mato Grosso do Sul, em Dourados, relativa à demarcação de terras indígenas.

Em ação de execução de obrigação de fazer por título extrajudicial, destinada a garantir o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado pelo Ministério Público Federal (MPF) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 2008, que consubstancia os trabalhos de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas na região centro-sul de Mato Grosso do Sul, o juízo de primeiro grau, na intenção de proteger os direitos tanto dos índios como dos proprietários de terras por esses ocupadas, que, presume-se, tenham adquirido seus títulos legitimamente, determinou que a FUNAI e a União procedam, no prazo de 30 dias, aos atos administrativos necessários para as demarcações previstas no TAC.

Em lugar de fixar multa pelo descumprimento, a decisão atacada prevê o pagamento de arrendamento, pelo valor de mercado, aos proprietários das terras ainda não demarcadas e ocupadas pelos indígenas de forma irregular. A decisão pretende abranger ainda ocupações futuras, ocorridas após seu proferimento.

Os pagamentos relativos ao arrendamento deverão incidir desde a intimação da FUNAI e da União sobre o teor da decisão e deverão perdurar até a completa realização das demarcações. O não pagamento de tais valores deverá ensejar o bloqueio orçamentário de recursos necessários a este fim.

O juízo de primeiro grau em Dourados determinou ainda a intimação do ministro da Justiça para o cumprimento de sua decisão no prazo de 30 dias, sob pena de envio de ofício ao procurador-geral da República para apuração de crime de responsabilidade.

A FUNAI, subscritora do recurso de agravo de instrumento, pede a reforma da decisão sustentando que, ao caso em questão se aplica a teoria da reserva do possível, que reconhece ao agente público a necessidade de fazer escolhas frente a demandas que superam os recursos, mantendo, assim, limites de razoabilidade e proporcionalidade ao controle judicial das omissões administrativas; que, pelo mesmo princípio, a concretização dos direitos

CONT.



fundamentais está condicionada à existência de disponibilidade financeira do Estado; que a determinação de pagamento de arrendamento, pelo valor de mercado, aos proprietários de terras ainda não demarcadas e ocupadas por indígenas é flagrantemente inconstitucional, pois implica forma de indenização não prevista na Carta Magna, além de ser inexecutável, por depender de levantamento fundiário; que é também inconstitucional o bloqueio de recursos destinados à FUNAI para indenizar os proprietários de terras ocupadas pelos índios como meio coercitivo para cumprimento da ordem judicial.

A decisão do TRF3 observa que a posse indígena, configurada como peculiar, dada sua conformação jurídico-constitucional no direito brasileiro, merece proteção do estado, competindo à União demarcar as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, bem como proteger e fazer respeitar todos os seus bens, conforme previsão constitucional. No entanto, a demarcação de terras indígenas deverá ser precedida de trabalho de identificação da área, sob iniciativa e orientação do órgão federal de assistência ao índio (FUNAI). É inegável a responsabilidade da União e da FUNAI na garantia dos direitos fundamentais da população silvícola.

Ocorre que, no caso, diz o relator, o prazo de 30 dias para que a FUNAI promova a demarcação afigura-se excessivamente exíguo para cumprimento, levando-se em conta a complexidade do processo demarcatório e a extensão da área objeto da demarcação (região centro-sul do estado de Mato Grosso do Sul, cerca de 12 milhões de hectares), área notoriamente povoada e produtiva.

A esse respeito, assim se manifesta o TRF3: Ainda que se leve em consideração o tempo decorrido desde a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta-TAC pela FUNAI (cerca de sete anos), não se afigura possível dizer, num exame inicial, que a agravante quedou-se inerte ou foi desidiosa no referido interregno temporal, considerando que, não obstante a falta de recursos financeiros e materiais, vem procurando cumprir o avençado (v.g. edição das Portarias ns. 788 e 793 da FUNAI para a constituição de Grupos de Trabalho) e, além disso, fatos externos, não ocasionados pela agravante, - como decisões judiciais que impuseram prévia notificação de terceiros que ocupavam áreas a serem visitadas pelos grupos técnicos, atrasando a demarcação terminaram por afetar o cronograma de entrega dos trabalhos da autarquia, justificando, assim, o descumprimento de cláusulas do TAC, o que deu ensejo à presente ação de execução de título extrajudicial, aflorando desproporcional, nesse contexto, o prazo de trinta dias para que conclua todo o processo demarcatório.

De acordo com o tribunal, também não parece plausível a possibilidade de pagamento de arrendamento, já que este é um contrato de natureza bilateral que dependeria da anuência dos proprietários das terras ocupadas pelos índios, o que não se evidencia na hipótese trazida a exame, já que a Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul FAMASUL, na qualidade de representante dos produtores rurais a ela filiados, também recorreu da decisão neste recurso discutida, destacando a impossibilidade de concretização do arrendamento.

A esse respeito, observa o relator: Não se vislumbra, em outro giro, como poderia ser a União

CONT.



compelida a firmar contrato de arrendamento rural de natureza particular, dependente de sua vontade -, ainda mais se nem há elementos para definir, nos autos subjacentes, quais seriam as áreas irregularmente ocupadas pelos indígenas e, consequentemente, a quem se pagaria o arrendamento, tornando a decisão de difícil cumprimento com exatidão, o que, na prática, poderia dar azo a eventuais pagamentos indevidos, causando prejuízo ao erário.

Não cabe, ainda, a determinação de bloqueio orçamentário da União e da FUNAI para pagamento do aludido arrendamento, que encontra barreira nas regras de execução contra a Fazenda Pública, baseada no sistema de liquidação de débitos pela expedição de precatórios, sendo vedada a penhorabilidade de seus bens em qualquer hipótese. Eventual bloqueio de verba orçamentária produziria lesão de grave potencial ofensivo ao ente público, considerando que vulnera a ordem pública estabelecida (art. 100 da Constituição Federal).

Com estes argumentos, o TRF3 suspendeu a decisão do juízo federal de Dourados, ressaltando, contudo, que isso não impede que a União ou a Funai, de modo próprio ou por decisão judicial dada em outro processo, procedam aos estudos demarcatórios e aos atos subsequentes.

A decisão está amparada por precedente jurisprudencial do TRF5.

No tribunal, o processo recebeu o nº 2015.03.00.001526-0/MS.

Assessoria de Comunicação.



Turma do TRF1 concede HC preventivo a índio em ação de reintegração de posse
SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 12.02.2015

A 4ª Turma do TRF da 1ª Região concedeu habeas corpus preventivo a um cacique da Tribo Indígena Tupinambá de Olivença (BA) a fim de impedir que o índio seja preso caso não desocupe propriedade particular indevidamente ocupada. O pedido foi feito pelo Ministério Público Federal (MPF) contra ato do Juízo Federal da Subseção Judiciária de Ilhéus.

O proprietário do Conjunto Agrícola São Marcos, área ocupada por aproximadamente 80 indígenas, em 11/08/2013 entrou com ação de reintegração de posse na Justiça Federal. Cerca de um ano depois, em audiência, o Juízo decidiu que os indígenas teriam 20 dias para desocupar a propriedade, sob pena de prisão preventiva do cacique.

Para impedir a prisão, o MPF recorreu ao TRF1, ao argumento de que "a autoridade impetrante, ao ameaçar de prisão o paciente, está desvirtuando medida penal para utilizá-la como ameaça para cumprimento de decisões cíveis de reintegração de posse". O órgão ministerial ainda sustentou que "as medidas cautelares devem ser aplicadas para servir ao processo em que são adotadas, não como forma de ameaça permanente contra determinada pessoa, para casos futuros desvinculados daquela ação, como a autoridade impetrada faz".

Para o relator do caso, juiz federal convocado Pablo Zuniga Dourado, o MPF tem razão em suas alegações. "A ameaça de prisão do paciente caracteriza desvirtuamento de medida cautelar penal para ação diversa, com o fim de coagir o paciente ao cumprimento de decisões cíveis, exaradas em outro processo, que trata de reintegração de posse", fundamentou.

Ainda de acordo com o magistrado, a hipótese em questão configura violação do inciso LXVII do art. 5º da Constituição Federal, bem como da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica). A decisão foi unânime.

Processo n.º 0061865-68.2014.4.01.0000

OAB/MS sedia entrega de veículos para comunidades indígenas

SÍTIO MÍDIA MAX, 12.02.2015

Segundo a conselheira Tatiana Ujacow, índios precisam de mais atenção



A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS), sediou nesta quinta-feira (12), a entrega, pelo Governo Federal, de 15 viaturas para a saúde indígena, sendo 13 caminhonetes, uma van e um caminhão, para ações de saneamento, além de 400 bicicletas. A entrega foi feita pelo secretário especial de Saúde Indígena, Antônio Alves.

O presidente da OAB/MS, Júlio Cesar Souza Rodrigues, e o secretário-geral, Lázaro José Gomes Júnior, estiveram presentes no ato acompanhado pela conselheira federal e presidente da Comissão Permanente de Assuntos Indígenas (Copai), Samia Roges Jordy Barbieri, e a vice-presidente da Comissão, Tatiana Ujacow, conselheira estadual da OAB/MS.

“Com a nossa Comissão, atuamos em prol das comunidades indígenas, lutando por seus direitos”, disse o presidente Júlio Cesar. Para a conselheira federal, o ato representa um avanço mas a população indígena ainda sofre carências em todos os aspectos. “Nossa luta é incansável. Estaremos vigilantes por toda a comunidade indígena do Estado”, disse Samia. “Não apenas a Saúde, mas nossos indígenas, que representam a segunda maior população no Brasil, precisam de mais atenção”, complementou Tatiana.

Hidrelétricas do rio Tapajós devem desalojar mais de 2500 ribeirinhos, mas o governo se recusa a consultá-los

SÍTIO FOLHA DO PROGRESSO NEWS, 12.02.2015



O ribeirinho Rosinaldo Pereira dos Santos, mais conhecido como Tatá, está prestes a trilhar o caminho inverso daquele pretendido pela política social dos governos Lula e Dilma. Morador da beira do rio Tapajós, no oeste do Pará, ele sempre viveu em fartura alimentar. A prova está pendurada na sala de sua casa: fotos de bagres maiores que o próprio pescador. Mas, agora, Tatá pode se tornar mais um a engrossar o rol de brasileiros que precisam de ajuda financeira para se alimentar. O governo federal começou a executar na região um conjunto de obras que, em nome do desenvolvimento, vai tirar o peixe de pescadores que sabem pescar.

Hoje a vida de Tatá é assim: basta ele pousar os olhos sobre o rio durante o dia para dar início ao cálculo mental de qual melhor espécie vai dar pesca, onde, a que horas e com qual isca. É esse conhecimento também que lhe guia entre corredeiras, cachoeiras, pedrais e redemoinhos que brotam da correnteza. Com a renda da pesca ele construiu duas casas, onde tem uma roça com mandioca, banana e murici, cria galinhas e cultiva um pomar com dez tipos de frutas amazônicas. O que a família não come, ele vende. Assim sustentou dois filhos, hoje cria dois netos e, aos 52 anos, planejava adotar mais dois.

Mas os planos estão suspensos desde que chegaram notícias sobre as sete usinas hidrelétricas que o governo planeja erguer na bacia do Tapajós. A maior delas, São Luiz do Tapajós, foi traçada bem no local onde ele mora e pesca: a centenária Pimental, bucólica vila de pescadores cercada por corredeiras e floresta amazônica preservada. Seus habitantes vivem

CONT.



da pesca artesanal, como Tatá, ou da ornamental: peixes pequenos e coloridos encontrados nos trechos onde o rio é raso e transparente. Parte da renda local também vem do garimpo artesanal. Se a usina for licenciada, os 700 moradores serão retirados da beira do rio e levados para a beira da estrada federal BR 230, a Transamazônica, em local próximo ao lago da usina. Como eles, mais de 2.500 ribeirinhos terão suas casas e comunidades alagadas na região do Tapajós, segundo estimativa da Avaliação Ambiental Integrada das sete usinas. Os estudos ambientais não calculam, porém, os outros milhares de pescadores que perderão sua fonte de renda devido as mudanças que as barragens provocam nos rios.

O primeiro impacto é o “sumiço” dos peixes, eufemismo local para a morte dos animais. O fenômeno já foi observado nas duas grandes usinas do rio Madeira, em Rondônia, construídas seguindo o mesmo modelo das do Tapajós: a usina fio d’água. Para diminuir o impacto ambiental, esse modelo usa reservatórios menores do que hidrelétricas como Itaipu. Mas, ainda assim, trabalha com o represamento. A diferença é que, no lugar de concentrar a represa em um grande lago logo acima da barragem, as usinas fio d’água sobem gradativamente o nível da água, distribuindo o alagamento por uma longa extensão. Ao barrar o fluxo da água, a correnteza perde força, alagando as margens e transformando um trecho do rio em lago. Para formar o reservatório, as usinas do Tapajós vão alagar 3.022 quilômetros quadrados, o equivalente a duas vezes a área da cidade de São Paulo.

O biólogo Philip Fearnside, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, acompanhou de perto o impacto do modelo sobre o rio Madeira. Ele aponta que, ao quebrar o fluxo da correnteza, o rio passou a ter bolsões de água sem oxigênio, criando um ambiente inóspito para os peixes. Em dezembro de 2008, o Ibama de Rondônia registrou 11 toneladas de peixes mortos durante a construção da usina de Santo Antônio. No relatório, os técnicos registraram que alguns peixes ainda podiam ser vistos “na superfície, agonizando por falta de oxigênio”.

O segundo grande impacto é a quebra do ciclo reprodutivo. Ao subir o rio para fazer a desova, os peixes serão barrados pelos paredões de concreto. Só no caso de São Luiz do Tapajós, a barragem terá sete quilômetros de comprimento. A usina cria “escadas”, pequenas passagens para os peixes cruzarem esse paredão. Mas, segundo Fearnside, a experiência das usinas de Rondônia aponta que são poucas as espécies que acham essas passagens. “Um dos problemas é que o instinto dos peixes é seguir a correnteza principal”, ele explica. Abaixo da barragem, a correnteza mais forte vem da água que sai das turbinas.

Depois de monitorar a queda drástica na vida dentro do rio Madeira, Fearnside não vê perspectivas diferentes para o Tapajós. “São muitos obstáculos. Infelizmente, é improvável que uma tentativa de aprimorar as passagens consiga restaurar a migração dos grandes bagres”, avalia, referindo-se à espécie que é a principal fonte de renda local, a mesma que figura nos retratos pendurados na sala de Tatá.

Uma terceira mudança de grande impacto será o fim do ciclo natural de cheia e seca do rio, já que a usina vai controlar o fluxo da água. Além de desenhar as belas praias de areia branca

CONT.



típicas do Tapajós, responsáveis pela alta procura turística por Alter do Chão, esse fenômeno cria habitats fundamentais para a sobrevivência de diversas espécies vegetais e animais, como ariranhas e certos tipos de peixes, tartarugas e jacarés. A barreira física também será um obstáculo para a reprodução do boto cor de rosa e do peixe boi, espécies que correm risco de extinção.

Quem nasceu na beira do rio sabe da importância do ciclo de cheia e seca para a vida, incluindo a humana. Por isso Luiz Matos de Lima, dono de um mercado em Pimental, foi confrontar um representante da Eletrobras em reunião que ocorria em Trairão, sede do município a que pertence a vila. Os ribeirinhos nem eram convidados, mas Luiz e outros moradores de Pimental foram mesmo assim. Lá, foram informados de que a usina será obrigada a indenizar os moradores ou construir uma nova casa para eles. Mas Luiz sabe que nem o dinheiro ou a casa serão capazes de substituir a quebra no ciclo de sobrevivência. Ele pediu a palavra para alertar que a usina vai tirar tudo dos ribeirinhos, já que novas plantações que forem feitas devem demorar a produzir. "Eles responderam que o governo vai doar cesta básica enquanto o povo não produzir. Já pensou? Coisa mais triste um povo acostumado em trabalhar ter que viver de cesta básica. E eu, que vendo mercadoria, vou viver do que?", questiona.

"Os estudos de impacto ambiental passaram longe de mensurar os impactos na vida dessas pessoas", aponta o cientista social Mauricio Torres, um dos maiores estudiosos do modo de vida dos ribeirinhos da região, onde essa população também é conhecida como "beiradeiros". Com costumes particulares do grupo, os ribeirinhos são intimamente ligados à interação com a floresta e o rio. Grande parte deles raramente vai à cidade ou a um médico. É o caso de Teresa Lobo Pereira, que tem uma casa com roça em Pimental e outra em Montanha e Mangabal. "Eu sou veterana", ela diz, batendo no peito estufado. "Como diz o dizer nosso, na nossa língua, eu venho dos tronco velho". Para Teresa, a floresta guarda a farmácia, o supermercado e os caminhos da memória de toda a sua vida. Ela nasceu no "beiradão", como os ribeirinhos chamam o local, filha de cearense com paraense.

Os ribeirinhos do Tapajós são, em parte, fruto da geração de nordestinos que migrou para a Amazônia para extrair borracha no fim do século 19. O movimento de migração foi fortalecido durante a Segunda Guerra, quando o governo alistou os soldados da borracha. Depois que a produção de látex cessou, eles foram abandonados na região e, para sobreviver, adaptaram-se à interação com o meio. Torres já comprovou o registro de famílias que vivem lá há oito gerações. "Essa é uma história de co-evolução homem e floresta. Eles moldaram a vida de modo que os recursos naturais não acabem e hoje dominam uma tecnologia de manejo do rio e da floresta", explica Torres. "Mas, na hora que você transforma o rio em lago, você transforma profundamente esse habitat. As consequências disso são trágicas".

Com pouca ou nenhuma assistência do Estado, essa não é a primeira vez que os ribeirinhos do Tapajós têm sua terra e modo de vida ameaçados por projetos vindos de Brasília. Foi assim em 1974, quando parte da população local foi expulsa para a criação do Parque Nacional da Amazônia. Alguns foram morar rio acima, outros se mudaram para Pimental e há os que foram

CONT.



para a cidade de Itaituba. A adaptação foi impossível em alguns casos. Torres registrou a fala de uma viúva que contou como o seu marido jamais se adaptou à mudança: "A vida dele ficou muito ruim. Ele não sabia fazer nada fora de lá. Nem pescar ele não sabia. Ele não sabia pescar em outro lugar. Depois que deixaram a gente rodado aqui pra cidade, ele remava mais de dias pra ir lá no lugarzinho da gente pra pescar. Mas não dava mais. Logo morreu. Ele não era mais". Esse e outros relatos orais fazem parte do artigo O Escriba e o Narrador, de Torres.

A saga do beiradeiro que "não era mais" depois de arrancado do seu lugar é sintomática do clima que tomou parte da vila de Pimental após a notícia da remoção. Os sorrisos hospitaleiros rapidamente se desfazem quando perguntamos sobre a usina. A professora Suzete de Oliveira Nogueira fica com a voz embargada ao lembrar das perguntas feitas pelos alunos do 3o ano: "professora, não dava pra cada família fazer uma casa flutuante? Ai a gente podia ficar aqui". Assim como ela, diversos moradores da vila ficam melancólicos ao falar sobre o futuro do lugar onde nasceram e viveram. "Isso aqui vai virar um cemitério. Um lugar fantasma", diz a ribeirinha Regina Nonato dos Santos, cercada pelas árvores cheias de fruta do quintal da vizinha. "Pra mim isso é tudo um pesadelo. Se eu pudesse, acordava e não dormia mais".

Além da relação com uma natureza de riqueza luxuriante, os moradores temem perder a tranquilidade da vila. Assustam-se em antecipação com a grande quantidade de pessoas que vão chegar. Segundo os estudos da usina serão 13,5 mil trabalhadores, número que vai no mínimo dobrar com todos os outros que seguem o fluxo para prestar serviços. Hoje, as portas de Pimental dormem destrancadas. Não há registro de roubos ou furtos. A única cena de violência que a reportagem presenciou foi uma mãe batendo no filho que tentava se esgueirar pelas árvores do quintal. O menino foi acudido por um papagaio. O bicho disparou uma rajada de gritos agudos, como se ele mesmo estivesse sob tortura, até a mulher largar o chinelo.

O lugar onde a nova vila será construída ainda não foi definido, mas é possível que ela se torne um dos núcleos urbanos mais próximos do canteiro de obras. Se isso acontecer, Pimental pode ter a mesma sina de Jaci Paraná, vila de pescadores a 20 quilômetros da usina de Jirau, em Rondônia, que viu sua população quadruplicar com o início da obra. A violência em Jaci é tanta que os comerciantes fazem vaquinha para pagar uma empresa de segurança particular. Em 2012, um grupo matou o comandante da Polícia Militar e rendeu oito policiais para assaltar a pequena agência bancária instalada na vila.

Leia mais sobre os impactos de Jirau sobre a vila.

Tatá e sua família estão no escuro: nunca ouviram falar de Jaci Paraná e não fazem ideia de quão estratégica é a localização da nova vila de Pimental. Ele e toda a comunidade têm muitas dúvidas sobre o que vai acontecer com a região e como se preparar para as mudanças, mas não há informação ou mediadores independentes para orientá-los nesse processo. A moradora mais antiga de Pimental é Maria Bibiana da Silva, conhecida como Gabriela. Ela tem 105 anos. Em 2012, quando a reportagem de Pública visitou a vila de pescadores pela primeira vez, ela era uma das vozes preocupadas com a chegada da usina: "Não tenho gosto

CONT.



que essa barragem saia, mas uma andorinha só não faz verão”. Dois anos depois, em novembro de 2014, voltamos a procura-la, mas a família interveio. Gabriela não pode mais nem ouvir falar sobre barragem. Sua pressão sobe, é arriscado para a saúde. Mas a percepção da matriarca continua aguçada e ela percebeu o tema da conversa com seu filho, Bernardino Silva Azevedo, 85 anos. De dentro do quarto, perguntava o motivo de nossa presença. A neta tentou desconversar, mas já era tarde: “é a tentação”, a avó repetia, já agitada. Ela só se acalmou quando um neto disse que a reportagem estava lá para falar “das coisas boas” da comunidade.

Bernardino cumpre as vezes de contar a história da família, que é uma aula de Amazônia. Gabriela saiu do Ceará em 1917 com o pai rumo ao Acre, mas eles perderam a condução e ficaram no meio do caminho. Bernardino nunca estudou, a vida de trabalho começou aos 12 anos ao lado da mãe. Participou das diversas fases de exploração econômica da Amazônia: a da borracha, na Segunda Guerra Mundial; a da venda de peles de animais, após a decadência da borracha; e a do garimpo. Só parou porque sua saúde não lhe permitiu continuar. “Trabalho pesado é comigo mesmo. Já fiz de tudo. Só não fiz matar gente”, ri, em referência a outra atividade ainda lucrativa na região: a pistolagem.

Agora, vive para ver mais uma era da economia de exploração da Amazônia, com a chegada das barragens. Como futuro, ele se vê morando com a mãe na cidade. Período ao qual espera sobreviver, nas suas palavras, de “beneficiozinho”.

O Ministério Público Federal iniciou uma ação civil pública exigindo que o Ibama suspendesse o licenciamento da usina enquanto as empresas responsáveis pelos estudos ambientais (leia mais no box abaixo) não elaborasse um estudo para avaliar o impacto acumulado das sete usinas na bacia e não realizasse a consulta prévia às comunidades afetadas. A consulta consiste em levar informações sobre o empreendimento aos ribeirinhos e indígenas e ouvir quais são as suas demandas e preocupações. Em tese, o Ibama deveria levar esses argumentos em conta na hora do licenciamento, solicitando adaptações ao projeto de modo a reduzir os impactos negativos. Ou até mesmo vetar o empreendimento. A consulta é obrigatória, segundo a legislação brasileira com base na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário.

Mas a Advocacia Geral da União recorreu e a disputa foi parar no Superior Tribunal de Justiça quando o governo ativou o mecanismo da Suspensão de Segurança, o mesmo que garantiu o avanço de Belo Monte. Em vez da disputa seguir o trâmite normal da justiça, esse mecanismo aciona diretamente o STJ com o argumento de que a paralisação do licenciamento geraria “grave lesão à ordem, saúde, segurança e economia públicas”. O ministro Felix Fischer autorizou que o governo seguisse com o licenciamento, mas desde que consultando as populações locais: “o Governo Federal deverá promover a participação de todas as comunidades, sejam elas indígenas ou tribais, a teor do seu art. 1, que podem ser afetadas com a implantação do empreendimento, não podendo ser concedida a licença ambiental antes da sua oitiva”. Além dos ribeirinhos, há terras indígenas Munduruku que serão afetadas e até alagadas pela usina.

CONT.



Apesar dessa decisão, a Secretaria-Geral da Presidência da República, órgão responsável pela consulta, não está consultando os ribeirinhos. Em reunião gravada pelos Munduruku em setembro, cujo vídeo foi revelado pelo blog Língua Ferina, representantes da Secretaria-Geral dizem a um líder de Montanha e Mangabal que a consulta só se aplica aos indígenas. "Esse processo que estamos fazendo na região se aplica aos indígenas. O que a gente está discutindo é fazer um processo informativo para Montanha e Mangabal, mas que não seria consulta", diz Nilton Tubino, que era coordenador de Movimentos do Campo na gestão de Gilberto Carvalho. "O entendimento do governo federal hoje, para essa fase, é que quem é ouvido lá pela [convenção] 169 são os indígenas e quilombolas. Isso já tem referência. Comunidades tradicionais não se chegou a esse acordo ainda, dentro do governo, de como vai ser consultado e em que estágio".

"Não há absolutamente nenhuma justificativa técnica ou jurídica para dizer que essa população ribeirinha não teria esse direito", afirma o advogado Fernando Prioste, coordenador da ONG Terra de Direitos. "Esse entendimento do governo tem a ver apenas com conveniência política".

O argumento do governo também foi contestado pelo MPF. Em uma manifestação sobre a Ação Civil Pública sobre o caso, o procurador federal Luís de Camões Lima Boaventura critica a interpretação do governo: "beiradeiros, ribeirinhos e agroextrativistas são tão sujeitos de direitos da Convenção 169 quanto os indígenas e devem ter direito a uma consulta apropriada. Afirmar o contrário é mais uma vez incidir num discurso hegemônico, em que os diferentes modos de viver e se relacionar com a floresta são desconsiderados".

Procurada pela reportagem da Pública para explicar porque os ribeirinhos de Pimental e outras comunidades ribeirinhas não estão sendo consultados, a Secretaria-Geral da Presidência enviou a seguinte nota: "O governo federal está discutindo com as comunidades indígenas e ribeirinhas uma proposta de metodologia de consulta a estas comunidades da região da bacia do Tapajós. No último dia 30 de janeiro, a Secretaria-Geral se reuniu com representantes do povo Munduruku e da comunidade Montanha Mangabal, quando apresentaram ao governo uma proposta de consulta. Os documentos estão em análise pelo governo federal".

Apesar da falta de apoio do governo, a comunidade Montanha e Mangabal se organizou para montar o protocolo de consulta e aproveitaram a reunião entre a Secretaria e o povo Munduruku para entregar o seu documento. As outras comunidades a serem afetadas pela usina, porém, estão excluídas do processo. Como é o caso de Pimental, que reúne a maior concentração de ribeirinhos a serem removidos pela usina e nunca foi inserida no processo de consulta.

Falta de informação gera conflitos

A única comunicação entre os ribeirinhos e as empresas que conduzem os estudos é feita por um grupo que se apresenta como "Diálogo Tapajós", uma empresa de São Paulo contratada

CONT.



pelo consórcio que fez os estudos de impacto ambiental, o mesmo que tem interesse em construir a usina (leia mais no box abaixo). Em tese, o Diálogo é responsável por apresentar aos moradores os impactos que eles vão sofrer, preparando-os para a mudança e para a negociação com o empreendimento. Mas o grupo não tem autonomia para isso e acaba por não cumprir o seu papel.

"Eu não sei porque colocaram o nome 'diálogo', porque quando você faz uma pergunta, eles não respondem", diz Eudeir Azevedo. Ele elenca algumas das questões para as quais nunca teve resposta: "Pra onde nós vamos mudar? Quanto mais ou menos é que se paga por área afetada? Eles nunca sabem responder nada, então a gente pergunta: quem é realmente de fato a pessoa que a gente deve conversar? Mas nem isso eles dizem".

Em Pimental, a ação do Diálogo Tapajós tomou um contorno inusitado: o grupo que representa a usina virou "mediador" para aplacar conflitos criado pela própria usina entre membros da comunidade. Sem informações sobre os seus direitos, os moradores da vila se desentenderam sobre qual deveria ser a postura em relação ao empreendimento. O Diálogo Tapajós organizou um conselho para que os ribeirinhos se reunissem com a mediação da empresa.

O discurso da empresa hoje é de que o grande problema de Pimental é a cisão dentro da vila, como se os moradores fossem responsáveis caso as condicionantes não forem cumpridas. Givanildo Rodrigues de Paula, coordenador de campo do Diálogo, cita o exemplo da usina de Belo Monte como uma referência. A hidrelétrica está prestes a iniciar a produção de energia, mas está longe de completar o conjunto de ações sociais condicionadas à licença, como a remoção dos moradores. "É comum, nas nossas reuniões, aparecer a fala de que eles [ribeirinhos do Tapajós] foram a Belo Monte e viram que as casas não estão sendo feitas do jeito que prometeram. Ao invés de alvenaria, estão fazendo pré-moldado, que é quente", diz Givanildo. "A gente coloca que o Diálogo não tem condição de garantir que aqui não vai ser dessa forma, mas que é um exemplo muito ruim e que a organização da sociedade civil tem que dar conta de evitar que isso aconteça aqui".

O desentendimento entre moradores de Pimental esquentou em 2010, quando, sem pedir licença, uma empresa de topografia contratada pela Eletrobras furou o chão da comunidade para fixar os primeiros marcos. "Quando um morador foi perguntar qual era o serviço, numa boa, o funcionário disse que não tinha que dar explicação pra ninguém porque tava lá mandado pelo presidente, que na época era o Lula", lembra Azevedo. Como o governo federal nunca se faz presente na vila, os moradores automaticamente acharam que o funcionário falava do presidente da associação de moradores, José Odair Pereira Matos, conhecido como C.A.K., e foram tomar satisfações com ele. Quando entenderam que o funcionário falava do presidente da república, um grupo se revoltou e destruiu o marco. A partir de então, a associação de moradores passou a proibir que os pesquisadores voltassem a pisar em Pimental. "Assim como eles têm o direito de dizer que a usina tem que sair, é um direito do ribeirinho defender o que é nosso", diz C.A.K.. "A gente não tá pedindo cesta básica, um novo lugar pra morar, a gente tá defendendo um direito nosso".

CONT.



Depois que assumiu uma postura mais combativa, C.A.K. diz que passou a receber intimações para recuar. Primeiro foram as ofertas de dinheiro. "Já recebi ligação do Rio de Janeiro, São Paulo, de meia hora, quarenta minutos. Já veio pessoas também em Pimental. Eles chegam falando em casa, carro e dinheiro no banco". C.A.K. garante que sempre cortou as propostas pela raiz, nunca deixou os interlocutores chegarem a valores concretos nem nunca aceitou os convites para ir conversar em outros estados.

Depois que recusar as ofertas, C.A.K. relata que começou a receber ligações com ameaças. Um dos seus parceiros levou um soco em uma reunião, a agressão veio de um morador da vila que era contra a postura combativa do grupo. Foi quando C.A.K. decidiu se afastar da associação. "Não é fácil ser liderança nessa região, até nossa família fica marcada". Apesar do afastamento, ele ainda integra o grupo de Pimental que tem a postura mais crítica em relação à usina. O novo líder da associação permite a entrada de pesquisadores na vila. Ele não pôde ser entrevistado pela reportagem pois estava fora, trabalhando no garimpo.

Dentro da vila, a resistência foi vista com receio por alguns. Sem experiência em negociações, parte dos moradores tem medo que a postura os prejudique ainda mais, e preferem aceitar logo as compensações oferecidas. "Os empreendimentos usam as carências locais para impor o projeto, as pessoas acham que só terão acesso aos seus direitos se aceitarem a usina", afirma Arthur Massuda, membro da Artigo 19. A organização, que trabalha pelo acesso à informação e liberdade de expressão, realiza atividades na região para tentar informar a população sobre os seus direitos no processo com as usinas.

Depois de entrevistar mais de 30 famílias para tentar entender o discurso do grupo afetado que se declara "a favor" da usina, a reportagem de Pública se surpreendeu ao encontrar definições como a de Tatá, que se define como "contra-mas-a-favor". Ele explica com um riso nervoso: "sou do grupo a favor. Mas, se você me perguntar mesmo, na verdade eu sou contra". Como muitos, Tatá teme sofrer as consequências de enfrentar um empreendimento financiado pelo governo federal.

Mais do que dividida, a comunidade de Pimental está rendida pelo medo. Tatá cita o caso dos Munduruku, grupo mais organizado na resistência às hidrelétricas na Amazônia e que já sofreu retaliações por sua postura. Depois de expulsarem os pesquisadores da usina de sua terra, em março de 2013, algumas aldeias foram cercadas por barcos e helicópteros da Força Nacional de Segurança. A Expedição Tapajós, como o governo batizou a ação policial, visava "garantir o apoio logístico e a segurança" dos pesquisadores e ficou um mês na região. "Era como estar preso na aldeia", lembra Juarez Saw Munduruku, cacique da aldeia Sawré Muybu, que fica a poucas horas de Pimental. Sua aldeia virou o símbolo da resistência aos empreendimentos porque pode ter áreas alagadas pela usina, o que é inconstitucional (leia a reportagem A batalha pela fronteira Munduruku).

Mas Tatá quer distância da batalha travada pelos indígenas. Ele já formou seu veredicto: "Não vou me manifestar por nada, já estou grandinho demais pra estar apanhando, morrendo por aí. Não adianta. Você não pode lutar contra o governo federal. Se o governo federal quer, você tem que aceitar".

CONT.



Mesmas empresas interessadas na usina são responsáveis pelos estudos de impacto

A relação de pouca confiança entre as empresas que conduzem os estudos de impacto e a população afetada se explica por um vício de origem no processo de licenciamento. As mesmas empresas interessadas em fazer as obras são as responsáveis pelos estudos de impacto ambiental e social e pela comunicação com a população afetada.

“Tem, no mínimo, uma forte tendência de conflito de interesses”, diz Brent Milikan, diretor do programa Amazônia da International Rivers, que monitora o modo como o governo brasileiro conduz o licenciamento das hidrelétricas. “Estamos falando de impactos sobre um patrimônio público e a legislação estabelece que tem de ter medidas de mitigação e compensação. Mas isso, para as empresas, se traduz em gastos”.

Brent aponta o papel “contraditório” da Eletrobras nesse processo. A empresa de capital aberto que é controlada pelo governo federal lidera o consórcio de empresas interessadas em construir a usina, composto por Camargo Correa, EDF, Copel, Cemig, GDF Suez, Endesa e Neoenergia. Brent aponta que, ao invés de ser o fiel da balança do interesse público nesse processo, a Eletrobras lidera o consórcio “como uma empresa privada, focada em maximizar o lucro”. Pior, ela atuaria dentro do governo para pressionar e “intimidar” o órgão licenciador (Ibama) a aprovar os estudos e liberar o licenciamento.

No caso das usinas de São Luiz do Tapajós e Jatobá, o consórcio liderado pela Eletrobras contratou os serviços da CNEC Worley Parsons, empresa australiana que comprou a CNEC, consultoria técnica da Camargo Corrêa. A Worley Parsons, mesma que executa as obras de compensação social de Belo Monte, foi a responsável pelo levantamento dos impactos ambientais e sociais das usinas do Tapajós.

O Ministério Público Federal apontou uma omissão grave nesses estudos, que motivou uma ação civil pública contra o Ibama e quase paralisou todo o processo de licenciamento: a análise das usinas foram feitas de forma isolada, sem uma avaliação que medisse o conjunto de impactos das sete usinas na bacia. Além disso, o licenciamento estava chegando ao final sem que a população afetada fosse consultada. A data do leilão chegou a ser anunciada pelo Ministério de Minas e Energia, que dias depois suspendeu o anúncio.

Depois que a justiça federal exigiu, a Avaliação Ambiental Integrada ficou pronta em menos de três meses. Foi criticada por ambientalistas por ter sido feita às pressas e por ter se baseado em dados secundários. “O simples fato do estudo ser produzido pelas empresas interessadas deixa a informação viciada e limitada. Vira uma propaganda do empreendimento”, afirma Arthur Massuda, da Artigo 19.

A população de Pimental nunca foi consultada sobre a usina que pode ser construída sobre o solo onde a vila está há pelo menos 120 anos.

Fonte: O Impacto.